



# **Relatório de Governo Societário 2015**



## ÍNDICE

I·SÍNTESE (SUMÁRIO EXECUTIVO) .....	3
II·MISSÃO, OBJETIVOS E POLÍTICAS .....	4
III·ESTRUTURA DE CAPITAL .....	8
IV·PARTICIPAÇÕES SOCIAIS E OBRIGAÇÕES DETIDAS .....	9
V·ORGÃOS SOCIAIS E COMISSÕES .....	12
VI·ORGANIZAÇÃO INTERNA .....	42
VII·REMUNERAÇÕES .....	55
VIII·TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS E OUTRAS .....	59
IX·ANÁLISE DE SUSTENTABILIDADE DA EMPRESA .....	64
X·AVALIAÇÃO DO GOVERNO SOCIETÁRIO .....	73
XI·ANEXOS DO RGS .....	74



## **I-SÍNTESE (SUMÁRIO EXECUTIVO)**

O presente documento, Relatório de Governo Societário 2015 da empresa NAV Portugal, EPE, obedece, na sua elaboração, ao Manual que serve de referência à sua elaboração e visa facilitar a monitorização do cumprimento por parte das entidades do setor Público Empresarial (SPE) do disposto no artigo 54º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, bem como, do estipulado no nº 10 do artigo 39º do mesmo diploma.

Acresce referir, que relativamente aos exercícios anteriores, em 2015, não ocorreram alterações significativas em matéria de Boas Práticas de Governo Societário.

## II-MISSÃO, OBJETIVOS E POLÍTICAS

Nos termos dos Estatutos da Empresa, aprovados pelo Decreto-Lei n.º 404/98, de 18 de dezembro alterados pelo Decreto-Lei n.º 74/2003, de 16 de abril, a Navegação Aérea de Portugal – NAV Portugal, E. P. E., abreviadamente designada por NAV Portugal, E. P. E., é uma pessoa coletiva de direito público, dotada de autonomia administrativa, financeira e patrimonial.

A NAV Portugal tem como missão a prestação de serviços de tráfego aéreo nas RIV sob responsabilidade do Estado Português – Lisboa e Santa Maria – garantindo o cumprimento da regulamentação nacional e internacional aplicável e as melhores condições de segurança, otimizando capacidades de utilização do espaço aéreo e das infraestruturas aeroportuárias, melhorando a eficiência dos serviços prestados e promovendo a sustentabilidade ambiental.

A Empresa na sua visão pretende afirmar-se como prestadora de serviços de tráfego aéreo de referência, na Europa e numa vasta área do Atlântico Norte, pela segurança e qualidade dos serviços prestados e o reconhecimento, pelo seu bom desempenho, pelas suas Partes Interessadas (comummente designadas por *Stakeholders*), ou seja, Clientes/ /Utilizadores, Parceiros, Colaboradores, Regulador e Tutela.

Neste contexto, a NAV Portugal deve garantir aos seus clientes a prestação de um serviço de elevada qualidade e eficiência, criando valor para o Estado, na qualidade de detentor da totalidade do seu capital estatutário, e assegurar elevados níveis de qualificação profissional e motivação dos seus colaboradores.

Constituem valores da NAV Portugal:

- Segurança (*Safety*) – apostar numa gestão proactiva alicerçada num quadro de pessoal com elevada competência e altamente motivado, que garanta elevados níveis de qualidade e segurança na prestação de serviço, em conformidade com as normas aplicáveis;
- Orientação para as Partes Interessadas – responder às legítimas expectativas das Partes Interessadas, prestando um serviço que assegure segurança, qualidade e eficiência;



- Profissionalismo – refletir em todas as atividades desenvolvidas o compromisso permanente e responsável com a obtenção de resultados organizacionais e a preocupação com princípios éticos, sociais e ambientais, evidenciando as competências para garantir a confiança das Partes Interessadas em relação à Empresa;
- Inovação – garantir que a Empresa tem a capacidade de incorporar as melhores práticas em termos tecnológicos e operacionais, de forma a melhorar o desempenho individual e organizacional.

Atenta a realidade e perspetivas de evolução do ambiente interno e externo da Empresa, no Plano de Negócios da NAV Portugal para 2015-2019, foram definidos os seguintes “Objetivos Estratégicos”, confirmando as metas fixadas em 2014 no documento “NAV Portugal: Visão 2020”:

- Reforçar a cultura de segurança nas diferentes áreas de atividade (*Safety*)
- Assegurar os níveis de eficiência e de qualidade dos serviços prestados, respeitando o equilíbrio financeiro da NAV Portugal
- Desenvolver iniciativas estratégicas visando a sustentabilidade da NAV Portugal
- Garantir o cumprimento de novos requisitos regulamentares
- Desenvolver boas práticas de responsabilidade social e ambiental
- Assegurar o desenvolvimento organizativo
- Melhorar a capacidade de resposta nos domínios da competitividade e da inovação

No desenvolvimento da sua atividade e no respeito das Orientações Estratégicas Específicas, a NAV Portugal apresentou à Tutela uma proposta de Contrato de Gestão para o Mandato 2012-2014, em conformidade com o disposto nos artigos 18.º e 30.º do Estatuto do Gestor Público, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março, na redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 8/2012, de 18 de janeiro.

Nesta proposta foram considerados um conjunto de indicadores, na sua maioria baseados em *benchmarking* internacional, tendo sido escolhidos os ANSP da Irlanda (IAA), Áustria (Austrocontrol), Alemanha (DFS) e Suíça (Skyguide), a fim de permitir a avaliação e comparação do grau de concretização das orientações específicas para o referido horizonte temporal.

Nos termos da referida proposta, a concretização das orientações designadas para a NAV Portugal é avaliada pela média ponderada de objetivos estabelecidos relativamente a indicadores do conjunto dos *peers* selecionados e de objetivos estabelecidos face a valores absolutos de desempenho orçamental.

No quadro seguinte explicitam-se os resultados dos indicadores de referência, os objetivos estabelecidos e o respetivo grau de cumprimento da NAV Portugal, relativamente ao ano de 2015, sendo que os cálculos tiveram como comparação de objetivos os valores de 2014 referentes aos *peers*, cujos dados de 2015 ainda não estão publicados:

Peers	Ano	ROCE	Margem EBITDA	Peso C.Pessoal	C.Totais / Hora Cont	Hora Cont / Colaborador	PMP real / PMP orça
Austrocontrol	2014	14,0%	23,7%	67,1%	651,0	279,3	
DFS	2014	14,6%	17,7%	76,9%	617,1	231,6	
IAA	2014	27,6%	25,2%	57,7%	402,5	426,2	
Skyguide	2014	9,8%	17,5%	71,6%	604,0	230,8	
Média		16,5%	21,0%	68,3%	568,7	292,0	
<b>NAV</b>	<b>2015 Real</b>	<b>5,0%</b>	<b>12,2%</b>	<b>78,9%</b>	<b>224,0</b>	<b>721,1</b>	<b>110,0%</b>
Performance relativa (NAV / Média)		30,2%	58,2%	86,6%	253,9%	247,0%	
Objetivo 2015		11,0%	50,0%	113,0%	50,0%	227,0%	100,0%
Target NAV		1,8%	10,5%	77,2%	284,3	662,8	100,0%
<b>Grau Cumprimento do Objetivo</b>		<b>274,3%</b>	<b>116,3%</b>	<b>97,9%</b>	<b>121,2%</b>	<b>108,8%</b>	<b>110,0%</b>
Peso do KPI		10,0%	15,0%	15,0%	20,0%	20,0%	20,0%
Score		27,4%	17,4%	14,7%	24,2%	21,8%	22,0%
<b>Score Final</b>		<b>127,56%</b>					

A Empresa apresenta uma pontuação final de aproximadamente 128%, representando um grau de desempenho muito acima do perspectivado na Proposta de Contrato de Gestão atrás referida.

Os valores financeiros reais da NAV Portugal, em 2015, refletem o impacto negativo das obrigações legais com os voos isentos que atingiram o valor de, aproximadamente, 2,4 milhões de euros, com reflexo nos gastos mas sem contrapartida em rendimentos, prejudicando, assim, os indicadores ROCE e Margem EBITDA. A consideração daqueles valores em proveitos elevaria o Score Final da NAV Portugal em 2015 para 137%. Logo que os indicadores dos "Peers", relativos a 2015, estejam publicados, os mesmos serão disponibilizados.



Portugal, na sua qualidade de Estado Membro da Organização da Aviação Civil Internacional (OACI), da União Europeia (UE), da Organização Europeia para a Segurança da Navegação Aérea (EUROCONTROL) e de Estado Participante no Acordo Multilateral relativo às Taxas de Rota, encontra-se vinculado à legislação e regulamentos em vigor em matéria de política de preços dos serviços de navegação aérea, de Rota e de Terminal (vide Regulamentos e Códigos).

Com base no enquadramento ditado pelos diferentes regulamentos e legislação aplicáveis, conclui-se que a prestação de serviços de navegação aérea é uma atividade regulada a nível internacional, e que os resultados da NAV Portugal, tendo como base o método do custo majorado, são influenciados pelos fatores a seguir enunciados:

#### Exógenos:

- Tráfego (diferença entre a procura estimada, baseada nas projeções elaboradas pelo STATFOR - Serviço de Previsão e Estatística do Eurocontrol, e a procura real, de acordo com o mecanismo de partilha de riscos de tráfego estabelecido nos nºs 2 a 5, do artigo 13º, do Regulamento de Execução (UE) nº 391/2013);
- Inflação (diferença entre a inflação prevista (FMI) e a inflação real (EUROSTAT) – índice acumulado em cada período de referência);
- Voos isentos (diferença entre voos estimados e voos reais, cujo custo tem sido, até à data, totalmente suportado pela NAV Portugal. No entanto, de acordo com o estabelecido no Artigo 10º do Regulamento de Execução (UE) Nº 391/2013 e nos princípios do EUROCONTROL, os custos com os voos isentos devem ser reembolsados pelo Estado aos Prestadores de Serviços, facto que, no entanto, e até à data, não se tem verificado). De referir que a proposta apresentada pela Empresa, relativamente aos Estatutos, conforme referido no capítulo IV deste relatório, contempla o respetivo cumprimento pelo Governo ou seja o reembolso destes custos à NAV Portugal.

#### Endógenos:

- Desvios entre os custos determinados e os custos reais, exclusivamente para a atividade de rota.

Para além do enquadramento normativo atrás referido, que regula a atividade de prestação de serviços de navegação aérea, não existem orientações específicas definidas pelos ministérios que tutelam o exercício desta atividade pela NAV Portugal.



### III-ESTRUTURA DE CAPITAL

A Navegação Aérea de Portugal – NAV Portugal, E.P.E. é uma entidade pública empresarial com um capital estatutário de 25 milhões de Euros.

Este capital estatutário, como sucede em todas as entidades públicas empresariais, é indecomponível, isto é, não pode ser fracionado em participações sociais e não é titulado por ações, pelo que, em rigor, o Estado não é, em relação às E.P.E., um verdadeiro acionista, embora, nos termos do Artigo 59º do Decreto-Lei nº 133/2013, de 3 de outubro, que aprovou o Novo Regime Jurídico do Setor Público Empresarial, esse capital estatutário seja detido pelo Estado e seja remunerado de acordo com o regime previsto para a distribuição dos lucros do exercício nas sociedades anónimas.

Uma vez que a NAV Portugal, nos termos da lei e dos seus estatutos, não possui o órgão social Assembleia Geral, a Empresa está submetida aos poderes de superintendência do Estado, quer através do Conselho de Ministros, quer das tutelas financeira (Ministro das Finanças) e setorial (Ministro do Planeamento e das Infraestruturas) que, de acordo com o artigo 39º do Decreto-Lei nº 133/2013, de 3 de outubro, têm a faculdade de definir orientações de gestão estratégica gerais e setoriais.

Atenta a natureza jurídica da NAV Portugal, E.P.E. como entidade pública empresarial com capital 100% público, e considerando que os acordos parassociais respeitam a acordos celebrados entre todos ou alguns sócios de uma sociedade comercial (cfr. artigo 17.º do Código das Sociedades Comerciais), a presente situação não é aplicável à NAV Portugal, E.P.E. que possui como único acionista o Estado Português.



## IV-PARTICIPAÇÕES SOCIAIS E OBRIGAÇÕES DETIDAS

### **PARTICIPAÇÕES SOCIAIS**

Em 31 de dezembro de 2015 a NAV Portugal detinha um conjunto de participações sociais no montante de 344.684 €, nos capitais das entidades discriminadas no mapa a seguir apresentado:

	Edisoft - Empresa de Serviços e Desenvolvimento de Software, S.A.	Futuro - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.	European Satellite Services Provider, SAS	Total
Capital detido (€)	175.000	86.351	83.333	344.684
%	17,50%	3,89%	8,33%	
Nº de votos	35.000	1.997	1	

A EDISOFT – Empresa de Serviços e Desenvolvimento de Software, S. A. tem como objeto a prestação de serviços de consultoria, assistência técnica e manutenção na área da informática, a produção, desenvolvimento, comercialização e fornecimento de sistemas informáticos, a produção multimédia e tecnologias aeroespaciais, tanto no âmbito civil como militar.

A FUTURO – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. é uma empresa do Grupo Montepio, constituída legalmente em 14 de janeiro de 1988, especializada na gestão de Fundos de Pensões. Criada com o objetivo de realizar todas as operações de gestão e investimento relacionadas com os fundos de pensões, a FUTURO dispõe de um *know-how* de mais de 25 anos de atividade nesta área, procurando ser precursora no mercado de produtos diversificados para pensões e oferecer produtos cujos esquemas de capitalização possam acompanhar a evolução e sofisticação do mercado de capitais.

O *European Satellite Services Provider*, SAS (ESSP) foi fundado em 2001, como um Agrupamento Europeu de Interesse Económico (EEIG), forma jurídica considerada como mais adequada para a fase de desenvolvimento da empresa. Em 2008, o ESSP foi transformado em sociedade de responsabilidade limitada – o ESSP-SAS, tendo transferido a sua sede para Toulouse. O principal objetivo do ESSP é implementar o Contrato com a Comissão Europeia, assinado em 2009, que autoriza a empresa a tornar-se o operador do sistema EGNOS e EGNOS *Safety of Life (SoL) service provider*, em especial para a aviação civil.

Os ativos e passivos, e os rendimentos e gastos gerados, conforme reconhecidos nas demonstrações financeiras das empresas são como segue:

	Ativos	Passivos	Capital Próprio	Resultado do exercício
Edisoft-Emp. de Serv. e Desenv. Software, S.A.	5.394.962	4.889.321	505.642	94.269
Futuro - Soc. Gestora de F. Pensões, S.A.	11.338.807	5.435.537	5.903.270	(1.632.112)
European Satellite Services Provider, SAS	31.605.378	19.840.438	9.399.069	3.628.125
<b>31 de Dezembro de 2015</b>	<b>48.339.147</b>	<b>30.165.296</b>	<b>15.807.981</b>	<b>2.090.282</b>

As participações sociais detidas pela NAV Portugal em 2015 não sofreram qualquer alteração relativamente ao ano anterior.

Os membros do Conselho de Administração e o Conselho Fiscal não são, quer direta ou indiretamente, em conjunto ou individualmente, titulares de participações, qualificadas ou não, noutras empresas.

No decorrer do exercício, registou-se o montante de 48 mil euros, relativo a conservação e reparação de equipamento e trabalhos especializados fornecidos pela Edisoft. Relativamente à Futuro S.A., esta empresa continua a ser responsável pela gestão dos fundos de pensões da NAV Portugal, tendo-se, também, verificado a prestação de serviços à ESSP, ao abrigo do contrato RIMS ACR-LSB-MAD, para o período 2014-2021.

#### IDENTIFICAÇÃO DOS MECANISMOS ADOTADOS COM VISTA À PREVENÇÃO DE CONFLITOS DE INTERESSES

Nos termos do estipulado na legislação aplicável, no início do seu mandato os membros do Conselho de Administração da NAV Portugal deram cumprimento às obrigações declarativas, dos gestores públicos, de controlo de riqueza e de inexistência de impedimentos e incompatibilidades:

- Entrega no Tribunal Constitucional de declaração de rendimentos, bem como do património e cargos sociais (cfr. Lei nº 4/83, de 2 de abril, com as alterações posteriores, designadamente as efetuadas pela Lei nº 38/2010, de 2 de setembro);
- Entrega na Procuradoria-Geral da República de declaração de inexistência de incompatibilidades ou impedimentos no exercício do cargo de gestor público (cfr. Lei nº 64/93, de 26 de agosto, aplicável por remissão do artigo 22º, nº 9 do Novo



Estatuto do Gestor Público (EGP), alterado e republicado pelo Decreto-Lei nº 8/2012 de 18 de janeiro),

- Entrega na Inspeção-Geral de Finanças e ao Conselho Fiscal de declaração indicando as participações e interesses patrimoniais que o gestor detenha, direta ou indiretamente, na Empresa ou em qualquer outra empresa (cfr. artigo 22º, nº 9 do EGP), bem como as relações relevantes que mantenham com os fornecedores, clientes, instituições financeiras ou quaisquer outros parceiros de negócio da Empresa, suscetíveis de gerar conflitos de interesses,
- Não intervenção em deliberações quando nelas tenha interesse, direta ou indiretamente (artigo 22º do Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 8/2012, de 18 de Janeiro) e,
- Cumprimento das demais disposições previstas no Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 8/2012, de 18 de Janeiro, e no Código das Sociedades Comerciais relacionadas com esta matéria.

Acresce que, com vista a salvaguardar eventuais conflitos de interesses, o Conselho de Administração da NAV Portugal instituiu, como boa prática, uma política que visa assegurar a independência da sua atuação enquanto órgão de administração. Assim, e em conformidade, cada membro do Conselho abstém-se de intervir nas decisões que envolvam os seus próprios interesses, designadamente na aprovação de despesas por si realizadas. De referir que esta prática se estende a toda a estrutura organizativa da Empresa.



## V. ORGÃOS SOCIAIS E COMISSÕES

São órgãos da Empresa o Conselho de Administração e o Conselho Fiscal.

Nos termos dos Estatutos da Empresa não existe Assembleia Geral.

### **ADMINISTRAÇÃO E SUPERVISÃO**

#### **Identificação do modelo de Governo adotado**

Os artigos 5º a 10º dos Estatutos da NAV Portugal regulamentam as matérias relativas à composição, competência e funcionamento do Conselho de Administração, carecendo, todavia, de atualização em conformidade com o Estatuto do Gestor Público (EGP), aprovado pelo Decreto-Lei nº 71/2007 de 27 de março, alterado e republicado pelo Decreto-Lei nº 8/2012, de 18 de janeiro, com a Resolução do Conselho de Ministros nº 101-A/2010, de 27 de dezembro, que altera a composição deste órgão de gestão e ainda com o preceituado no Decreto-Lei nº 133/2013, de 3 de Outubro.

A validade das deliberações tomadas pelo Conselho de Administração depende do facto de estar presente a maioria dos seus membros em efetividade de funções, não podendo estes abster-se de votar nem fazê-lo por correspondência.

O Presidente do Conselho de Administração tem voto de qualidade e pode opor o seu veto a quaisquer deliberações que repare contrárias à lei, aos estatutos, aos regulamentos internos da Empresa, à política definida pela tutela ou aos legítimos interesses do Estado, com a consequente suspensão da executoriedade da deliberação até que sobre esta se pronuncie o Ministro da Tutela.

A composição do Conselho de Administração da NAV Portugal encontra-se estabelecida no nº 1 do artigo 5º dos Estatutos da NAV Portugal, aprovados pelo Decreto-Lei nº 404/98, de 18 de Dezembro, alterados e republicados pelo Decreto-Lei nº 74/2003, de 16 de Abril, sendo este órgão constituído por cinco membros, um Presidente e quatro vogais.

Com a entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, a composição dos Conselhos de Administração das empresas públicas passou a ser de 3 membros, em conformidade com o n.º 2 do seu artigo 31.º. Contudo, esta nova composição não é



de aplicação direta, carecendo de ser refletida nos estatutos das empresas públicas, os quais tinham que ser adaptados ao novo regime do setor público empresarial no prazo máximo de 180 dias a contar da data da sua entrada em vigor.

Na ausência de aprovação do projeto de Estatutos tempestivamente submetidos pela NAV Portugal, à tutela, decorrido o prazo previsto para a adaptação dos estatutos, as normas do Decreto-Lei n.º 133/2013 passaram a prevalecer sobre os Estatutos das Empresas Públicas, ressalvando o disposto no n.º 3 do artigo 73.º. O mencionado n.º 3 do artigo 73.º do Decreto-Lei n.º 133/2013 determina que “As normas relativas à composição da administração e fiscalização das empresas públicas a que se referem o n.º 2 do artigo 31.º e os nos 1 e 2 do artigo 33.º aplicam-se a partir do mandato imediatamente seguinte ao que se encontre em curso no termo do prazo a que se refere o número anterior.”

Considerando que após o termo decorrido para a adaptação dos estatutos não se iniciou novo mandato por parte do Conselho de Administração da NAV Portugal, a composição atual do Conselho de Administração ainda é de 5 (cinco) membros, em conformidade com o disposto no n.º 1 do artigo 5.º dos Estatutos da NAV Portugal, aprovados pelo Decreto-Lei n.º 404/98, de 18 de Dezembro, alterados e republicados pelo Decreto-Lei n.º 74/2003, de 16 de Abril, um Presidente e quatro vogais, sendo a nomeação feita pelo Conselho de Ministros.

Em conformidade com o n.º 3 do artigo 5.º dos Estatutos da NAV Portugal, o mandato do Conselho de Administração tem a duração de 3 (três) anos, sendo renovável por uma ou mais vezes (até ao limite máximo de 3 anos, face ao n.º 2 do artigo 15.º do Estatuto do Gestor Público), contando-se como completo o ano civil em que tenham sido nomeados e permanecendo aqueles no exercício das suas funções até efetiva substituição ou declaração escrita da cessação das mesmas.

Mediante a Resolução n.º 6/2012, de 9 de fevereiro, publicada na II Série do Diário da Republica n.º 29, de 9 de fevereiro de 2012, procedeu-se à nomeação dos membros do Conselho de Administração da NAV Portugal, para o triénio de 2012 a 2014: como Presidente o Senhor Eng.º Luis Filipe Ottolini Bebianco Coimbra, como Vogal o Senhor General Luis Filipe Montes Palma de Figueiredo e como Vogal o Senhor Dr. Carlos

Manuel de Abreu, só tendo o Conselho de Ministros designado três membros do Conselho de Administração da NAV Portugal, não tendo havido nomeação do terceiro e quarto Vogais do Conselho de Administração.

Entretanto, ainda em 2012, mediante a Resolução n.º 29/2012, de 2 de agosto, publicada na II Série do Diário da República n.º 149, de 2 de agosto de 2012, foi nomeada Vogal do Conselho de Administração, a Senhora Dr.ª Teresa Maria da Silva Gomes, atento o falecimento do Vogal Senhor Dr. Carlos Manuel de Abreu.

Face ao disposto no já citado n.º 3 do artigo 5.º dos Estatutos da NAV Portugal, e não obstante os membros do Conselho de Administração terem sido nomeados para o triénio de 2012 a 2014, os mesmos mantêm-se em funções até que se inicie um novo mandato do Conselho de Administração da NAV Portugal.

Em conformidade com as já citadas Resoluções n.º 6 e 29/2012 do Conselho de Ministros, não foi feita a distinção de membros executivos e não executivos do Conselho de Administração da NAV Portugal, sendo todos membros executivos.

Mandato (Início-Fim)	Cargo	Nome	Designação		Remuneração	
			Forma	Data	Entidade Pagadora	(O/D)
2012-2014	Presidente	Luís Filipe Ottolini Coimbra	Resolução nº 6/2012	09-02-2012	n.a.	D
2012-2014	Vogal <sup>(1)</sup>	Luís Filipe Montes Palma de Figueiredo	Resolução nº 6/2012	09-02-2012	n.a.	D
2012-2014	Vogal <sup>(2)</sup>	Teresa Maria da Silva Gomes	Resolução nº 29/2012	02-08-2012	n.a.	D

<sup>(1)</sup> Cessou funções a 31 de janeiro de 2015.

<sup>(2)</sup> Cessou funções a 29 de fevereiro de 2016.

### **Presidente – Luís Filipe Ottolini Coimbra, 71 anos**

Responsável pela coordenação e orientação geral das atividades do Conselho de Administração, competindo-lhe em especial convocar e presidir às reuniões, representar a Empresa quer no plano nacional quer no internacional, assegurar as relações da Empresa com o Governo e convocar e presidir as reuniões conjuntas do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal. Acumula, ainda, a responsabilidade pela Direção de Relações Laborais e pelos Gabinetes de Comunicação e Imagem, de Assuntos Jurídicos e pela Área de Formação e a partir de 1 de fevereiro de 2015, em virtude da cessação de funções do vogal Luís Filipe Montes Palma de Figueiredo, passou a ser responsável pelas Direções de Estudos e Projetos, de Operações da Região de Lisboa, de Operações da Região do Atlântico e de Segurança, Estratégia e Qualidade.

Licenciatura em Engenharia Aeronáutica e Mecânica e Pós-graduação em Gestão Aeroportuária.

Carreira Profissional: Presidente do Conselho de Administração da NAV Portugal EPE, desde Fevereiro de 2012; Assessor do Conselho de Administração da ANA SA (2008-2012); Membro do Conselho de Administração do INAC (2003-2007); Assessor do Conselho de Administração da ANA SA (2001); Membro do Grupo de Trabalho para o Novo Aeroporto de Lisboa (1998-2000); Diretor de Apoio à Regulamentação e Licenciamento Aeronáutico (1994-1996); Diretor-geral adjunto de Aeroportos na ANA EP (1990-1993); Diretor de Planeamento e Desenvolvimento Aeroportuário da ANA EP (1984-1989); Chefe de Serviço de Planeamento Aeroportuário na ANA EP (1978-1989). Foi ainda Membro do Conselho de Administração do projeto «Galileo» (2004-2008) e Coordenador dos estudos sobre o Novo Aeroporto de Lisboa (1987-1996).

***Vogal – Luís Filipe Montes Palma de Figueiredo, 64 anos***

Até à data em que cessou funções (31 de janeiro de 2015) foi responsável pelas Direções de Estudos e Projetos, de Operações da Região de Lisboa, de Operações da Região do Atlântico e de Segurança, Estratégia e Qualidade. Representou a NAV Portugal na área INFANAV/OCEA.

Licenciatura em Ciências Militares, Academia da Força Aérea.

Carreira Profissional: Membro do Conselho de Administração da NAV Portugal EPE, desde Fevereiro de 2012; Vice-Chefe do Estado-Maior da Força Aérea (2009-2011); Comandante Logístico, Força Aérea Portuguesa (2008-2009); Inspetor-Geral da Força Aérea (2007); Diretor de Pessoal, FAP (2002-2003 e 2006-2007); *Deputy Commander* no Centro de Operações Aéreas Combinadas 8 - (CAOC 8), Espanha (2003-2006); Diretor de Instrução enquanto Major-General (2002-2003); Subdiretor da Direção de Pessoal (2001); Comandante da Base Aérea nº 11, Beja (1999-2000); Chefe de Gabinete de Prevenção de Acidentes na Inspeção-Geral da Força Aérea, enquanto Coronel (1995-1999); Adjunto para a Força Aérea do Ministério da Defesa Nacional (1991-1995); *Assistant Air Facilities*, no SACLANT, Norfolk, EUA (1988-1991); Comandante da Esquadra 111 (1987-1988); Comandante da Esquadra 552, Base Aérea n.º 3 (1985-1989); Chefe de Gabinete de Prevenção de Acidentes no Comando Operacional da Força Aérea enquanto Major (1983-1985); Adjunto para as Operações Aéreas (1983-1985); Chefe da Repartição de Avaliação Operacional (1983-1985);

Chefe do Gabinete de Prevenção de Acidentes da Base Aérea n.º 3 (1981-1982); Oficial de Operações, Esquadra 111 (1979-1981); Piloto Instrutor tático em BO105 (1978).

***Vogal – Teresa Maria da Silva Gomes, 66 anos***

Até à data em que cessou funções (29 de fevereiro de 2016) foi responsável pelas Direções Administrativa e Financeira e de Auditoria e Controlo de Gestão.

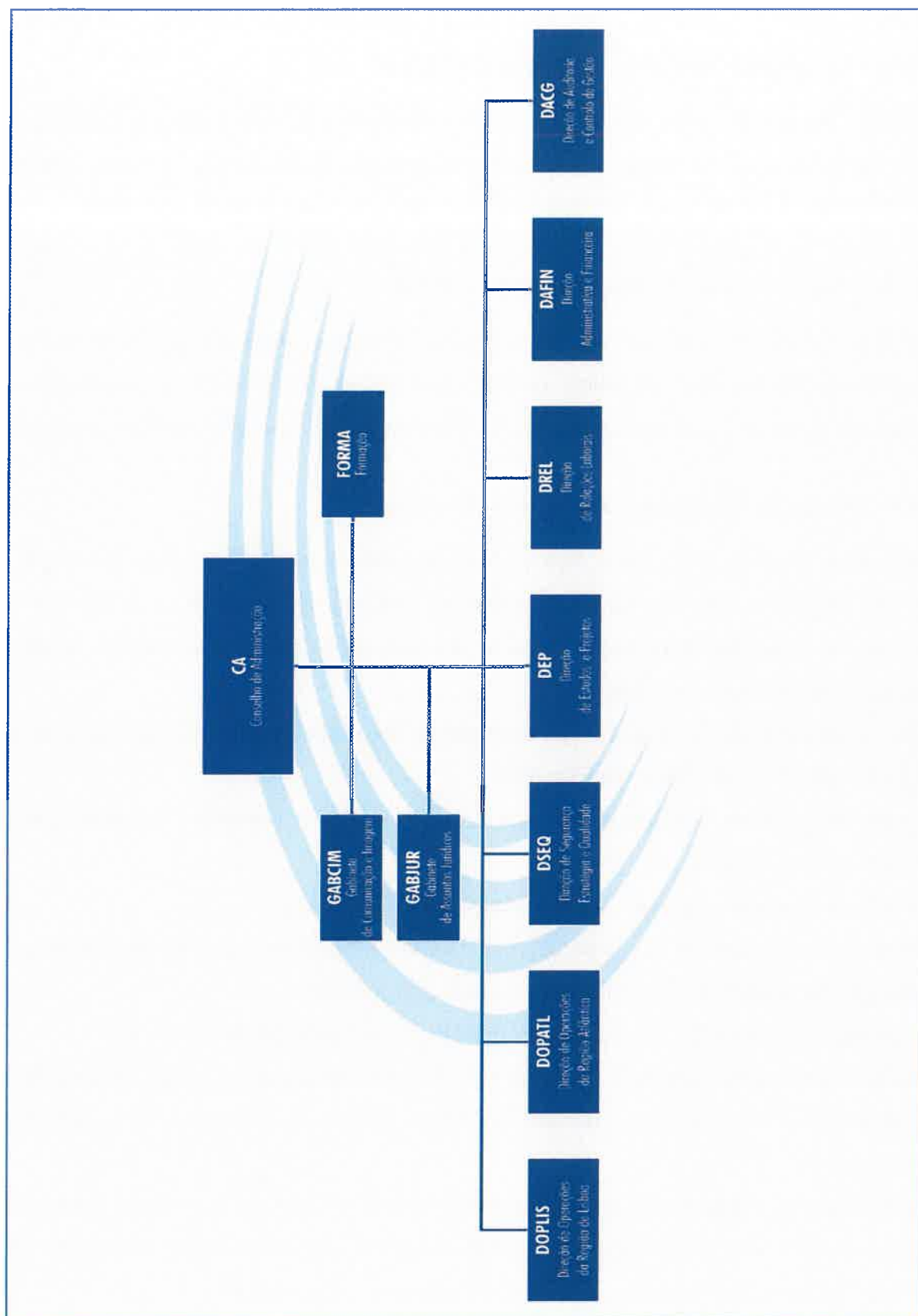
Licenciatura em Finanças.

Carreira Profissional: Membro do Conselho de Administração da NAV EPE, desde Julho 2012; Diretora Administrativa e Financeira da NAV EPE (1999-2012); Chefe do Projeto de Instalação da NAV EPE (1998-1999); Responsável pela Divisão de Taxas e Estudos Económicos da ANA EP (1995-1998); Responsável pelo Serviço de Assessoria para as Relações Exteriores da Direção de Navegação Aérea da ANA EP (1987-1995); Técnica do Serviço de Taxas de Rota da ANA EP (1980-1987); Responsável pelo Serviço de Política de Preços da ANA EP (1978-1979); Técnica na Direção-Geral de Preços e na Direção-Geral do Comércio Interno, Ministério da Economia (1974-1977); Técnica da Direção Financeira da CINORTE, Cimentos Norte (1973-1974). Em representação de Portugal, é Membro do Comité Alargado para as Taxas de Rota, no qual, durante o ano de 2002, presidiu a este órgão executivo da Organização EUROCONTROL, encarregue de supervisionar o funcionamento do Sistema de Taxas de Rota e de preparar as Decisões da Comissão Alargada. Desde 1978, participa em diversos grupos de trabalho da OACI e da EUROCONTROL e assegura a representação de Portugal nas reuniões anuais de Consulta com as Organizações Representativas dos Utilizadores (IATA, ATA, IACA, ERA, EBBA e IAOPA).

Nenhum dos membros do Conselho de Administração exerceu em simultâneo em outras empresas qualquer outro cargo ou atividade relevante no decurso do exercício de 2015, conforme resulta da nota curricular de cada um, reproduzida no presente Relatório.

Acresce que os membros do Conselho de Administração não mantêm relações familiares, profissionais ou comerciais com o acionista único (o Estado Português).

# Estrutura Funcional



A Missão atribuída a cada órgão da estrutura da Empresa foi objeto de deliberação do Conselho de Administração e sintetiza-se nos termos seguintes:

**DOPLIS – Direção de Operações da Região de Lisboa**

Assegurar, de acordo com as normas e regulamentos nacionais e internacionais e nas melhores condições de segurança (*safety & security*) e eficiência, a prestação dos serviços de navegação aérea na Região de Informação de Voo (RIV) de Lisboa.

**DOPATL – Direção de Operações da Região Atlântica**

Assegurar, de acordo com as normas e regulamentos nacionais e internacionais e nas melhores condições de segurança (*safety & security*) e eficiência, a prestação dos serviços de navegação aérea na Região de Informação de Voo (RIV) de Santa Maria.

**DSEQ – Direção de Segurança, Estratégia e Qualidade**

Promover e garantir com base nas normas nacionais e internacionais em vigor, a definição da política de segurança operacional (*Safety*) da Empresa, assegurar a sua aplicação e fornecer informação regular ao Conselho de Administração sobre a situação da Empresa nesta área.

Definir procedimentos e rotinas operacionais e de manutenção, assegurando a sua harmonização e consistência na Empresa.

Elaborar indicadores que permitam uma correta análise e avaliação do desempenho operacional da Empresa.

Definir a doutrina de formação operacional ATM na Empresa.

Realizar as Inspeções de Segurança Operacional necessárias que permitam a deteção e correção de situações anómalas nos órgãos operacionais.

Coordenar a elaboração da proposta de orientação estratégica da Empresa.

Coordenar as relações da NAV Portugal com *stakeholders*, assegurando a definição de posições da Empresa em diversas matérias junto de organismos nacionais e internacionais.

Acompanhar os desenvolvimentos estratégicos da tecnologia do setor através do relacionamento com as entidades nacionais/internacionais relevantes, assegurando a definição de posições e pontos de vista da Empresa nesta matéria.



Assegurar as atividades de dinamização de Gestão da Qualidade e Ambiente na Empresa, nomeadamente, no que se refere à criação, desenvolvimento, monitorização e melhoria dos sistemas a ela associados, garantindo a certificação e manutenção destes segundo as normas aplicáveis.

Desenvolver as atividades necessárias para, em colaboração com todas as áreas da Empresa, integrar nesses sistemas a Gestão da Segurança e Saúde no Trabalho no Sistema Integrado de Gestão da Qualidade segundo as normas aplicáveis.

Acompanhar e coordenar todas as ações no âmbito da SW FAB.

Propor ao Conselho de Administração as medidas necessárias à prossecução da política de Qualidade e Ambiente.

#### **DEP – Direção de Estudos e Projetos**

Realizar e coordenar estudos técnicos ou participar em projetos de desenvolvimento tecnológico no domínio dos sistemas de apoio à atividade de gestão de tráfego aéreo, comunicações, navegação e vigilância, em observância às normas nacionais e internacionais aplicáveis ao setor.

Gerir os projetos referentes aos investimentos e desenvolvimentos operacionais, assegurando a entrega do produto final ao utilizador, dentro dos requisitos, prazos e orçamentos definidos.

Apoiar as Direções da Empresa com a realização de projetos de infraestruturas.

Preparar o Plano de Grandes Investimentos com a inscrição dos projetos e desenvolvimentos necessários ao cumprimento dos requisitos operacionais.

Assegurar a representação da Empresa em organismos, nacionais e internacionais, nas áreas de âmbito técnico no domínio CNS/ATM e apoiar a Empresa, na respetiva área de competência, no cumprimento de responsabilidades assumidas pela NAV Portugal perante organismos externos.

Cumprir os normativos de segurança e qualidade emanados pelos órgãos competentes.

Promover a inovação tecnológica nos sistemas de apoio ao controlo de tráfego aéreo.

Participar em projetos estratégicos de interesse específico para a Empresa.

Assegurar a gestão do espetro radioelétrico das bandas aeronáuticas.

### **DREL – Direção de Relações Laborais**

Realizar uma eficiente gestão dos recursos humanos, no curto, médio e longo prazo de modo a garantir a disponibilidade dos meios necessários, quer em termos quantitativos quer em termos qualitativos (capacidades e competências), para a prossecução das atividades da Empresa.

Acompanhar o clima organizacional e identificar fatores motivacionais e propor medidas para o desenvolvimento profissional e melhoria do desempenho dos trabalhadores.

### **DAFIN – Direção Administrativa e Financeira**

Propor e assegurar a execução das medidas de política económico-financeira da Empresa.

Efetuar o planeamento financeiro e orçamental da Empresa.

Gerir os sistemas de taxas de rota e de terminal, os sistemas e tecnologias de informação e de documentação e a carteira de seguros da Empresa.

Contribuir para a definição da política de investimentos da Empresa e seu financiamento.

Definir as diretivas relativas aos Sistemas de Informação Administrativos.

Assegurar, no âmbito da Gestão de Contratos, uma política de compras comum a toda a Empresa.

### **DACG – Direção de Auditoria e Controlo de Gestão**

Assegurar o cumprimento das obrigações decorrentes dos requisitos regulamentares propondo e mantendo atualizado o Plano de Negócios da Empresa.

Definir o modelo de controlo de gestão que contribua para a política de planeamento estratégico da NAV Portugal, dinamizando o processo de *Controlling* e de *Reporting* na Empresa e controlando, de forma integrada, a execução dos planos, operacional e de investimentos de médio e de longo prazo.

Elaborar um plano de ação que avalie a eficácia dos processos críticos de gestão, identificando riscos e recomendando medidas de mitigação.

Executar os Programas Anuais de Auditoria, acompanhando e monitorizando a implementação de medidas corretivas.

## **FORMA – Formação**

Propor políticas de formação e assegurar a realização dos planos de formação, em articulação com as várias áreas da Empresa.

Promover, em articulação com as várias áreas da Empresa, a definição dos conteúdos programáticos de formação que satisfaçam as necessidades identificadas e a atualização contínua dos cursos a ministrar.

Colaborar na promoção de ações de formação para o exterior.

## **GABJUR – Gabinete de Assuntos Jurídicos**

Prestar assessoria jurídica aos diversos órgãos da Empresa e ao Conselho de Administração, tratando das questões legais inerentes ao desempenho da atividade.

Assegurar o patrocínio judicial da Empresa perante as várias instâncias judiciais.

## **GABCIM – Gabinete de Comunicação e Imagem**

Apoiar o Conselho de Administração na criação e difusão de uma boa imagem institucional da Empresa a nível nacional e internacional.

### **Delegação de poderes:**

Por Deliberação do Conselho de Administração da NAV Portugal, tomada na sua reunião de 29 de junho de 2009, procedeu-se à delegação da competência para decidir e praticar atos em matéria de gestão de pessoal, em cada um dos membros do Conselho, relativamente aos serviços compreendidos nas respetivas áreas de responsabilidade (pelouros) e, especialmente no Presidente, em relação a todas as áreas, com faculdade de subdelegação nos Diretores da sua área de responsabilidade, aprovando a Ordem de Serviço n.º 005/09.

Por sua vez, mediante a Deliberação do Conselho de Administração da NAV Portugal, tomada na sua reunião n.º 002/13, de 14 de janeiro de 2013, o Conselho de Administração da NAV Portugal, E.P.E. aprovou a delegação e subdelegação de poderes em matéria de autorização de despesas e formação e execução de contratos públicos, em conformidade com o disposto na alínea a) do artigo 7.º dos Estatutos da NAV Portugal, nos artigos 35.º a 41.º do Código do Procedimento Administrativo, a que correspondem os artigos 44º a 50º do Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, que aprovou o novo Código do Procedimento Administrativo e no artigo 109.º do Código

dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua redação atual, bem como à atribuição de pelouros pelos membros do Conselho de Administração e a definição de regras em casos de ausências, faltas ou impedimentos dos mesmos, aprovando a Ordem de Serviço n.º 004/2013.

Assim, em cumprimento desta última Deliberação do Conselho de Administração, foram publicados os despachos de subdelegação de poderes em matéria de autorização de despesas e formação e execução de contratos públicos seguidamente indicados, tendo alguns dos mesmos caducado, por extinção, no decurso do exercício de 2015, conforme adiante se evidenciará:

- Despacho n.º 3087/2013, de 5 de fevereiro de 2013, publicado na II Série do Diário da República n.º 40, de 26 de fevereiro de 2013, referente à subdelegação de poderes na Diretora da Direção de Operações da Região de Lisboa;
- Despacho n.º 3273/2013, de 5 de fevereiro de 2013, publicado na II Série do Diário da República n.º 42, de 28 de fevereiro de 2013, referente à subdelegação de poderes no Diretor do Gabinete de Assuntos Jurídicos;
- Despacho n.º 3274/2013, de 5 de fevereiro de 2013, publicado na II Série do Diário da República n.º 42, de 28 de fevereiro de 2013, referente à subdelegação de poderes no Diretor da Direção de Segurança, Estratégia e Qualidade;
- Despacho n.º 3275/2013, de 5 de fevereiro de 2013, publicado na II Série do Diário da República n.º 42, de 28 de fevereiro de 2013, referente à subdelegação de poderes no Diretor da Direção de Operações da Região Atlântica;
- Despacho n.º 3276/2013, de 5 de fevereiro de 2013, publicado na II Série do Diário da República n.º 42, de 28 de fevereiro de 2013, referente à subdelegação de poderes na Diretora do Gabinete de Comunicação e Imagem;
- Despacho n.º 3277/2013, de 5 de fevereiro de 2013, publicado na II Série do Diário da República n.º 42, de 28 de fevereiro de 2013, referente à subdelegação de poderes no Responsável pela Área da Formação;
- Despacho n.º 3362/2013, de 5 de fevereiro de 2013, publicado na II Série do Diário da República n.º 43, de 1 de março de 2013, referente à subdelegação de poderes no Diretor da Direção de Estudos e Projetos;

- Despacho n.º 3363/2013, de 5 de fevereiro de 2013, publicado na II Série do Diário da República n.º 43, de 1 de março de 2013, referente à subdelegação de poderes no Diretor da Direção de Auditoria e Controlo de Gestão;
- Despacho n.º 3364/2013, de 5 de fevereiro de 2013, publicado na II Série do Diário da República n.º 43, de 1 de março de 2013, referente à subdelegação de poderes na Diretora da Direção de Relações Laborais;
- Despacho n.º 3365/2013, de 5 de fevereiro de 2013, publicado na II Série do Diário da República n.º 43, de 1 de março de 2013, referente à subdelegação de poderes no Diretor da Direção Administrativa e Financeira;
- Despacho n.º 15746/2014, de 9 de dezembro de 2014, publicado na II Série do Diário da República n.º 251, de 30 de dezembro de 2014, referente à subdelegação de poderes no novo Responsável da Área de Formação.

Entretanto, na decorrência da renúncia do Vogal do Conselho de Administração, Senhor General Luis Filipe Montes Palma de Figueiredo, cujos efeitos se produziram a partir de 1 de fevereiro de 2015, verificou-se a consequente extinção por caducidade, dos atos de subdelegação de poderes por si praticados, a saber: Despacho n.º 3087/2013, Despacho n.º 3274/2013, Despacho n.º 3275/2013 e Despacho n.º 3362/2013, todos de 5 de fevereiro de 2013, tendo dado lugar aos seguintes despachos de subdelegação de poderes em matéria de autorização de despesas e formação e execução de contratos públicos:

- Despacho n.º 2563/2015, de 12 de fevereiro de 2015, publicado na II Série do Diário da República n.º 48, de 10 de março de 2015, referente à subdelegação de poderes no Diretor da Direção de Segurança, Estratégia e Qualidade;
- Despacho n.º 2564/2015, de 12 de fevereiro de 2015, publicado na II Série do Diário da República n.º 48, de 10 de março de 2015, referente à subdelegação de poderes no Diretor da Direção de Estudos e Projetos;
- Despacho n.º 2565/2015, de 12 de fevereiro de 2015, publicado na II Série do Diário da República n.º 48, de 10 de março de 2015, referente à subdelegação de poderes na Diretora da Direção de Operações da Região de Lisboa;
- Despacho n.º 2566/2015, de 12 de fevereiro de 2015, publicado na II Série do Diário da República n.º 48, de 10 de março de 2015, referente à subdelegação de poderes no Diretor da Direção de Operações da Região Atlântica;



#### **Atribuição de Pelouros:**

Efetuada ao abrigo da referida Deliberação do Conselho de Administração, na sua reunião n.º 002/2013, de 14 de janeiro de 2013, que aprovou a Ordem de Serviço n.º 004/2013, mediante a qual foram atribuídos os seguintes pelouros:

- Ao Presidente do Conselho de Administração, Sr. Engenheiro Luis Filipe Ottolini Bebiano Coimbra:
  - A coordenação geral do Conselho de Administração;
  - A Direção de Relações Laborais (DREL);
  - O Gabinete de Comunicação e Imagem (GABCIM);
  - O Gabinete de Assuntos Jurídicos (GABJUR);
  - A Área da Formação (FORMA).
- Ao Vogal do Conselho de Administração, Sr. General Luis Filipe Montes Palma de Figueiredo:
  - A Direção de Estudos e Projetos (DEP);
  - A Direção de Operações da Região de Lisboa (DOPLIS);
  - A Direção de Operações da Região Atlântica (DOPATL);
  - A Direção de Segurança, Estratégia e Qualidade (DSEQ).
- À Vogal do Conselho de Administração, Sra. Dra. Teresa Maria da Silva Gomes:
  - A Direção Administrativa e Financeira (DAFIN);
  - A Direção de Auditoria e Controlo de Gestão (DACG).

Após a cessação de funções, a 31 de janeiro de 2015, do Vogal do Conselho de Administração, Sr. General Luis Filipe Montes Palma de Figueiredo, os pelouros que lhe haviam sido atribuídos nos termos da anteriormente referida Ordem de Serviço n.º 004/2013, passaram a ser da responsabilidade do Presidente do Conselho de Administração, Sr. Engenheiro Luis Filipe Ottolini Bebiano Coimbra.

#### **Regras de substituição dos membros do Conselho de Administração:**

Efetuada ao abrigo da anteriormente mencionada Deliberação do Conselho de Administração, na sua reunião n.º 002/2013, de 14 de janeiro de 2013, que aprovou a Ordem de Serviço n.º 004/2013, onde se estabelece que, nos casos de ausência, faltas



ou impedimentos dos membros do Conselho de Administração, serão observadas as seguintes regras:


- O Presidente do Conselho de Administração, Sr. Engenheiro Luis Filipe Ottolini Bebianco Coimbra, é substituído pelo Vogal do Conselho de Administração, Sr. General Luis Filipe Montes Palma de Figueiredo;
- O Vogal do Conselho de Administração, Sr. General Luis Filipe Montes Palma de Figueiredo, é substituído pelo Presidente do Conselho de Administração, Sr. Engenheiro Luis Filipe Ottolini Bebianco Coimbra;
- A Vogal do Conselho de Administração, Sra. Dra. Teresa Maria da Silva Gomes, é substituída pelo Vogal do Conselho de Administração, Sr. General Luis Filipe Montes Palma de Figueiredo;
- No caso de ausência, falta ou impedimento simultâneas de dois membros do Conselho de Administração, estes serão substituídos pelo terceiro membro do Conselho de Administração.

Todavia, tendo em conta a cessação de funções, a 31 de janeiro de 2015, do Vogal do Conselho de Administração, Sr. General Luis Filipe Montes Palma de Figueiredo, as regras em vigor relativas à substituição dos membros do Conselho de Administração, constantes da Ordem de Serviço nº 004/2013, deixaram de ter aplicabilidade, atenta a impossibilidade efetiva da respetiva observância.

#### **Funcionamento do Conselho de Administração**

Nos termos dos Estatutos da Empresa, o Conselho de Administração reúne ordinariamente, pelo menos quinzenalmente, e extraordinariamente sempre que o seu Presidente o convocar, por iniciativa própria ou a requerimento de qualquer dos seus membros. A validade das deliberações depende da presença nas reuniões da maioria dos membros do Conselho, devendo ser lavradas atas de todas as reuniões, em livro próprio, assinadas por todos os membros do Conselho presentes.

Considerando que, nos termos estatutários, o Conselho de Administração é composto por um Presidente e quatro Vogais, dependendo a validade das respetivas deliberações da presença, nas respetivas reuniões, da maioria dos seus membros e tendo em conta a cessação de funções, por renúncia, do Vogal do Conselho de Administração, Senhor General Luis Filipe Montes Palma de Figueiredo, ficou o



Conselho de Administração, a partir de 1 de fevereiro de 2015, impossibilitado de reunir e deliberar validamente, pelo que as deliberações emanadas deste órgão ficaram sujeitas a ulterior ratificação, excetuadas aquelas que, sendo urgentes ou inadiáveis em função do cumprimento das obrigações legais por parte da Empresa ou da prestação do serviço público de navegação aérea que, legal e estatutariamente, a NAV Portugal, E.P.E. está obrigada a prestar e no respeito pelo preceituado no n.º 2 do Art.º 3.º do novo Código do Procedimento Administrativo (CPA), publicado em anexo ao Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de Janeiro, foram proferidas ao abrigo do estado de necessidade, uma vez que se encontravam preenchidos os necessários pressupostos de facto e de direito que permitiram legitimar tal atuação.

Relativamente à entidade com a competência para avaliação de desempenho dos administradores executivos da NAV Portugal salientamos o disposto no artigo 6.º (avaliação do desempenho), do Estatuto do Gestor Público (EGP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março, que prevê o seguinte:

*“1 - O desempenho das funções de gestão deve ser objecto de avaliação sistemática, tendo por parâmetros os objectivos fixados nas orientações previstas no artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 558/99, de 17 de Dezembro, ou decorrentes do contrato de gestão, bem como os critérios definidos em assembleia geral.*

*2 - Nas entidades públicas empresariais, a avaliação do desempenho compete aos membros do Governo responsáveis pela área das finanças e pelo respectivo sector de actividade.”*

Por outro lado, de acordo com a alínea a) do n.º 1 do artigo 12.º dos Estatutos da NAV, compete ao Conselho Fiscal: *“Fiscalizar a gestão e o cumprimento das normas reguladoras da actividade da empresa, tendo em vista, nomeadamente, a realização dos objectivos fixados nos orçamentos anuais”,* inexistindo norma que preveja a avaliação do desempenho individual de cada um dos administradores.

Contudo, a avaliação carece, da fixação de objetivos por parte do titular da função acionista (nos termos do n.º 1 do artigo 6.º do EGP) e, tal como referido no Capítulo II do Relatório do Governo Societário, da publicação dos indicadores dos “Peers” relativos a 2015.

Destacam-se, em seguida, as principais deliberações tomadas pelo Conselho de Administração nas 20 reuniões ocorridas no ano 2015, nas quais estiveram presentes a totalidade dos Membros nomeados e em exercício de funções:

---

#### Planeamento e Controlo

---

- Aprovação do Relatório e Contas e do Governo Societário do ano 2014
- Aprovação do Plano de Contingência para o ACC de Lisboa
- Nomeação da Comissão de Ética para o mandato 2015-2017
- Aprovação da Base de Custos e das Taxas Unitárias de Navegação Aérea de Rota e de Terminal (Estimativa Preliminar e Estimativa Definitiva 2016)
- Aprovação dos Planos de Atividade e de Grandes Investimentos para 2016
- Aprovação do Orçamento 2016 e do Documento Instrumentos Previsionais de Gestão para 2016
- Aprovação dos Relatórios Trimestrais de Execução Orçamental

---

#### Gestão de Recursos Humanos

---

- Aprovação da regulamentação de estágios
- Aprovação do acordo da Empresa - CTA 2015-2018

---

#### Realização do Plano de Investimentos

---

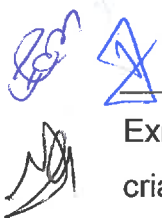
- Aprovação da reabilitação do Edifício da Torre de Controlo do Porto
- Aprovação do projeto de aquisição e instalação de emissores, recetores e antenas HF para o Centro de Controlo Oceânico de Santa Maria
- Aprovação do projeto de aquisição e instalação de gravadores/reprodutores para a RIV de Lisboa
- Aprovação da renovação do *Microsoft Services Premier Support*

#### Comissões Específicas

Os contratos de gestão dos Fundos de Pensões, e o normativo legal e regulamentar obrigam à existência de uma Comissão de Acompanhamento por cada fundo:

- Fundo de Pensões NAV Complementos – Planos de Contribuição Definida e Benefício Definido,
- Fundo de Pensões NAV / SINCTA – Plano de Benefício Definido,
- Fundo de Pensões NAV / SINCTA – Plano de Contribuição Definida.

As referidas comissões encontram-se devidamente constituídas e em pleno exercício das suas funções, onde se encontram representados os Associados, Participantes e Beneficiários.



Existe ainda uma Comissão de acompanhamento do Fundo de Pensões da Empresa, criada por deliberação do C.A. em 2002, composta exclusivamente por elementos da Empresa, cujo coordenador acompanha a gestão e a monitorização dos fundos junto da Sociedade Gestora e dos consultores nesta matéria (MERCER).

Pela Ordem de Serviço do Conselho de Administração, de 26 de março de 2009, foi criada a Comissão de Ética, composta por personalidades de elevado mérito ético, moral e profissional com ligação presente ou passada à Empresa e colaboradores desta, salvaguardando o princípio do equilíbrio de género, representação geográfica e institucional. Esta Comissão é responsável pela resolução das questões suscitadas pela não observância das normas éticas de conduta contidas no Código de Ética.

As comissões específicas atrás referidas – Comissão de Acompanhamento dos Fundos de Pensões e Comissão de Ética – não se enquadram no âmbito do artº 32º, nº 2, do DL nº 133/2013, de 3 de outubro, não sendo por isso referida a sua composição e a síntese das atividades desenvolvidas no ano de 2015. Além destas comissões, não se encontram constituídas na Empresa quaisquer outras comissões no órgão de administração.

#### **FISCALIZAÇÃO**

A fiscalização da NAV Portugal, nos termos dos Estatutos da Empresa, compete a um Conselho Fiscal composto por três membros efetivos, um dos quais preside, e um suplente, devendo um dos membros efetivos e o suplente ser revisores oficiais de contas ou sociedades de revisores oficiais de contas.

Os membros do Conselho Fiscal da NAV Portugal são designados por um período de três anos por despacho conjunto do Ministro das Finanças e do Ministro da tutela, contando-se como completo o ano civil em que tiverem sido designados.

Todos os membros do Conselho Fiscal cessante foram eleitos para o triénio 2008-2010 mantendo-se em funções desde a data de nomeação até à nomeação do novo Conselho Fiscal que ocorreu em 2015 através do despacho conjunto dos ministérios das Finanças e da Economia assinado a 9 de julho, sendo considerados independentes nos termos do artigo 414º, nº 5 do Código Sociedades Comerciais.

## Mandato I

Unidade : euros

Mandato (Início-Fim) <sup>(1)</sup>	Cargo	Nome	Designação		Estatuto Rem. Fixado (mensal)
			Forma	Data	
2008-2010	Presidente <sup>(2)</sup>	António Demétrio Gervásio Lérias	Despacho conjunto 9213/2008	13-03-2008	1.145
2008-2010	Vogal	Paulo Guilherme Fernando Lajoso		13-03-2008	858
2008-2010	Vogal	RCA – Rosa, Correia & Associados, SROC, S.A., representada por Gabriel Correia Alves <sup>(3)</sup>	Despacho 6574/2009	28-04-2009	1.639
2008-2010	Vogal ROC Suplente	Luís Francisco Pereira Rosa RCA – Rosa, Correia & Associados, SROC, S.A.	Despacho 9213/2008	13-03-2008	n.a.

<sup>(1)</sup> Designado para um mandato, período 2008/10, e por ausência de outra decisão, manteve-se em funções até 9 de julho.

<sup>(2)</sup> Falecido a 28 de janeiro de 2015.

<sup>(3)</sup> O ROC integra o Conselho Fiscal da NAV Portugal, E.P.E. Substituído por Paulo Fernando da Silva Pereira a partir de 1 de maio de 2015 (Regime de rotatividade - 7 anos).

### **Presidente – António Demétrio Gervásio Lérias, 60 anos**

Bacharel em Contabilidade e Administração pelo ISCAL, licenciado em Organização e Gestão de Empresas pelo ISE e Mestre em Gestão pelo ISEG.

Economista inscrito na Ordem dos Economistas, Revisor Oficial de Contas (com suspensão voluntária da atividade) e Técnico Oficial de Contas.

Carreira Profissional: Diretor Financeiro da PARPÚBLICA (desde 2002); Vogal do Conselho Diretivo do Instituto de Gestão Financeira e Patrimonial da Justiça, com o pelouro financeiro (2001 a 2002); Subdiretor-geral do Tesouro, com a área do setor empresarial do Estado (1997 a 2001); Subinspetor-geral de Finanças, com área do controlo das autarquias locais (1994 a 1996); Inspetor de finanças diretor, com a área da formação, organização e sistemas de informação (1986 a 1994); Inspetor de finanças do quadro superior da IGF (1976 a 1986). Desempenho de funções de fiscalização e revisão de contas: Presidente do Conselho Fiscal da NAV Portugal, EPE (desde Março 2008); Presidente do Conselho Fiscal da Associação Parque Industrial do Seixal (desde 2004); Presidente do Conselho Fiscal da RTP-Radiotelevisão Portuguesa, S.A; Vogal do Conselho Fiscal da PARCAIXA, SGPS, S.A; Revisor Oficial de Contas na ECOMETAIS S.A., nos CTT, S.A., na Urbindústria, S. A. e na Siderurgia Nacional, E.P.. Exercício da atividade de docência, desde 1985, de disciplinas da área contabilística, fiscal e financeira em diversas instituições do ensino superior, coautor em livros sobre o Setor Empresarial do Estado e autor e conferencista de artigos sobre temas contabilísticos e conexos.





Faleceu a 28 de janeiro de 2015.

***Vogal – Paulo Guilherme Fernandes Lajoso, 48 anos***

Licenciado em Economia pelo ISEG, Pós-Graduações em: Estudos Europeus pela U.L., em Direito Fiscal pela FDUL, em Alta Direção pelo INA, em Gestão, pelo ISEG e ISG.

Carreira Profissional: Inspetor-Diretor e Diretor de Serviços de Inspeção e Auditoria, na Inspeção-Geral da Defesa Nacional (desde 2010); Colaborador do Gabinete de Sua Excelência o Secretário de Estado Adjunto das Obras Públicas e das Comunicações (2005/2009); Diretor do Gabinete de Auditoria e Planeamento da Direcção-Geral de Proteção Social aos Funcionários e Agentes da Administração Pública (ADSE) (2002/2010); Vogal da Comissão Instaladora da Secretária-geral do Ministério da Reforma do Estado e da Administração Pública. (2001/2002); Inspetor do quadro da Inspeção-geral de Finanças na Área de Controlo de Gestão Pública (desde 2001); Assessor Económico do Diretor Municipal da Direcção de Administração Geral e Gestão de Recursos Humanos, na Câmara Municipal de Lisboa. (1992); Técnico Superior na “Portline, Transportes Marítimos Internacionais, SA”. (1991). Desempenho de funções de fiscalização e revisão de contas, nomeadamente: Vogal do Conselho Fiscal da Navegação Aérea de Portugal, E.P.E. (desde 2008); Vogal do Conselho Fiscal da ANAM, Aeroportos e Navegação Aérea da Madeira, S.A. (2008/2013); Presidente do Conselho Fiscal dos Correios de Portugal, SA. (2007/2008); Vogal do Conselho Fiscal da NAER – Novo Aeroporto, SA. (2007/2012); Membro do Conselho Fiscal da Federação Portuguesa de Ténis de Mesa (2004/2010). Coautor em obras sobre a Função Pública e autor sobre temas de auditorias de obras públicas. Formador sobre Auditoria Interna e Gestão do Risco.

***Vogal – RCA – Rosa, Correia & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, representada por Gabriel Correia Alves, 61 anos - cessou funções a 30 de abril.***

Bacharel em Contabilidade e Administração pelo ISCAL, Licenciado em Auditoria pelo ISCAL, Mestre em Contabilidade e Finanças Empresariais pela U.A.

Carreira Profissional: Revisor Oficial de Contas, desde 1991 e sócio da sociedade de revisores oficiais de contas RCA – Rosa, Correia & Associados, SROC, S.A. (até 21 de



dezembro de 2014 designada por BCA – B. Costa & Associados, SROC, S.A.); Exerce funções na área de auditoria desde 1978 e, como representante da sociedade, tem participado em trabalhos em empresas de grande e média dimensão, pertencentes aos mais diversos setores de atividade e integrando os respetivos órgãos de fiscalização. Desempenho de funções de docência do ISCAL, exercendo funções de coordenação e de direção do Mestrado em Auditoria, coautor de livros relacionados com Contabilidade e Auditoria Financeira.

***Vogal – RCA – Rosa, Correia & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, representada por Paulo Fernando da Silva Pereira, 51 anos - iniciou funções a 1 de maio.***

Bacharel em Contabilidade e administração pelo ISCAL, Licenciado em Auditoria pelo ISCAL.

Carreira Profissional: Revisor Oficial de Contas, desde 1996, sócio e administrador da sociedade de revisores oficiais de contas RCA – Rosa, Correia & Associados, SROC, S.A.; Exerce funções na área de auditoria desde 1995 e, como representante da sociedade, tem participado em trabalhos em empresas de grande e média dimensão, pertencentes aos mais diversos setores de atividade e integrando os respetivos órgãos de fiscalização. Exerceu as funções de assessor e consultor da Inspeção Geral de Finanças e do Instituto de Financiamento e Desenvolvimento Regional em projetos cofinanciados por fundos comunitários. Responsável pelo trabalho de campo de auditoria a projetos cofinanciados pelo Fundo Social Europeu e pelo fundo Europeu de Desenvolvimento Regional. Responsável por investigações de compra (*due diligence*) no âmbito de aquisições de participações financeiras ou de outros ativos, onde se destaca a NH Hoteles.

***Vogal ROC Suplente – Luis Francisco Pereira Rosa 58 anos***

Licenciado em Organização e Gestão de Empresas pelo Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa – Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE – IUL).

Carreira profissional: Revisor oficial de contas desde 1990 e sócio da RCA – Rosa, Correia & Associados. Iniciou a atividade de auditoria em 1983 na Coopers & Lybrand onde atingiu a posição de partner, função que desempenhou de 1994 a 1997. Neste ano transitou para a Auren, SROC, sociedade de que foi fundador e onde exerceu funções até 2007. No âmbito da atividade de revisor oficial de contas tem participado

em inúmeros trabalhos em empresas de grande e média dimensão, pertencentes aos mais diversos setores de atividade e integrado, quando aplicável, os respetivos órgãos de fiscalização. No passado, foi Fiscal Único de diversas empresas públicas portuguesas, destacando-se a ANA – Aeroportos de Portugal, SA e a ANAM – Aeroportos e Navegação Aérea da Madeira SA. Tem sido ainda responsável por trabalhos de auditoria às contas de diversos projetos de desenvolvimento em Angola, financiados pela Agência Internacional para o Desenvolvimento do Banco Mundial e pelo Banco Africano de Desenvolvimento e às contas de diversas empresas angolanas, país onde obteve a qualificação profissional de Perito Contabilista.

O membro ROC suplente exerce as funções cometidas aos revisores de contas em regime de exclusividade.

#### Quadro resumo da informação da SROC

Mandato (Início-Fim)	Cargo	Identificação SROC			Designação			Nº de anos de funções exercidas no grupo	Nº de anos de funções exercidas na entidade
		Nome	Nº de insc. OROC	Nº Reg. na CMVM	Forma	Data	Contratada		
2008-2010	ROC	RCA – Rosa, Correia & Associados, SROC, S.A., representada por Gabriel Correia Alves <sup>(1)</sup>	143	5946	Despacho 6574/2009	28.04.2009	28.04.2009		7
	ROC	RCA – Rosa, Correia & Associados, SROC, S.A., representada por Paulo Fernando da Silva Pereira	143	5946					1
2008-2010	ROC Suplente	Luis Francisco Pereira Rosa RCA – Rosa, Correia & Associados, SROC, S.A.	143	5946	Despacho 9213/2008	13.03.2008	13.03.2008		7

<sup>(1)</sup> O ROC integra o Conselho Fiscal da NAV Portugal, E.P.E. Substituído por Paulo Fernando da Silva Pereira a partir de 1 de maio de 2015 (Regime de rotatividade - 7 anos).

Unidade : euros

Nome	Remuneração anual			
	Bruta (1)	Reduções Remuneratórias (2)	Reversão Remuneratória (3)	Valor Final (4) = (1)-(2)+(3)
RCA – Rosa, Correia & Associados, SROC, S.A., representada por Gabriel Correia Alves <sup>(1)</sup>	6.556	n.a.	n.a.	6.556
RCA – Rosa, Correia & Associados, SROC, S.A., representada por Paulo Fernando da Silva Pereira	3.278	n.a.	n.a.	3.278
RCA – Rosa, Correia & Associados, SROC, S.A., representada por Luis Francisco Pereira Rosa	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.

<sup>(1)</sup> Substituído por Paulo Fernando da Silva Pereira a partir de 1 de maio de 2015 (Regime de rotatividade - 7 anos).

A sociedade RCA - Rosa, Correia & Associados, SROC, inscrita na OROC sob o nº 143 e na CMVM sob o nº 5946, foi nomeada membro do Conselho Fiscal da NAV em 13 de Março de 2008, conforme Despacho n.º 9213/2008 dos Ministérios das Finanças e da Administração Pública e das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, representada pelo sócio Dr. Carlos Alberto Baptista da Costa (ROC 361), entretanto substituído pelo Sócio Dr. Gabriel Correia Alves (ROC 784), conforme Despacho de 28 de Abril de 2009 com produção de efeitos a 13 de março de 2008.

O representante da SROC, Dr. Gabriel Correia Alves, apenas exerce as funções de revisor oficial de contas, enquanto sócio da sociedade, e funções docentes conforme consta nos dados curriculares.

A sociedade de Revisores Oficiais de Contas e o sócio ROC que a representa completaram sete anos de exercício de funções na NAV Portugal, pelo facto desta empresa ser uma entidade de interesse público. O representante da sociedade, Dr. Paulo Fernando da Silva Pereira, iniciou funções a 1 de maio de 2015, nos termos do disposto no artigo 54º do Decreto-Lei nº 487/99 de 16 de novembro, republicado pelo Decreto-Lei nº 224/2008, de 20 de novembro.

Através do despacho conjunto dos ministérios das Finanças e da Economia, assinado a 9 de julho, foram designados os membros do Conselho fiscal da NAV Portugal, para o mandato 2015-2017 cuja composição, curricula e remuneração se passa a descrever:

#### Mandato II

Unidade : euros

Mandato (Início-Fim)	Cargo	Nome	Designação		Estatuto Rem. Fixado (mensal)
			Forma	Data	
2015-2017	Presidente	Maria Fernanda Joanaz da Silva Martins			1.598
2015-2017	Vogal	Maria de Lurdes Moreira Correia de Castro			1.199
2015-2017	Vogal	RCA – Rosa, Correia & Associados, SROC, S.A., representada por Paulo Fernando da Silva Pereira <sup>(1)</sup>	Despacho Conjunto	09-07-2015	1.639
2015-2017	Vogal ROC Suplente	Luis Francisco Pereira Rosa RCA – Rosa, Correia & Associados, SROC, S.A.			n.a.

<sup>(1)</sup> O ROC integra o Conselho Fiscal da NAV Portugal, E.P.E.

#### **Presidente – Maria Fernanda Joanaz Silva Martins, 56 anos**

Licenciada em Economia pela UNL, Pós Graduada em Gestão e Controlo de Dinheiros Públicos pela UAL e conclusão da fase curricular do curso de Mestrado em Gestão e Administração Pública pelo ISCSP.

Carreira Profissional: Técnico Superior e Chefe de Divisão da DGT, (1983 a 1993) e (1993 a 1996), respetivamente; Técnico Superior do Gabinete de Estudos da DGJCP (1996 a 1998); Técnico Superior do Gabinete de Estudos do IGCP (1998 a 2000); Assessora no Gabinete do secretário de Estado do Tesouro e Finanças (2000 a 2001); Chefe de Serviço responsável pela gestão financeira do INGA (2001 a 2003); Diretora



de Serviços responsável pelas áreas financeira e de património do INETI (2003 a 2005); Assessora na área de acompanhamento das empresas do Setor Empresarial do Estado (2006 a 2007) sendo sucessivamente Diretora da Direção de Serviços das Participações do Estado (desde 2007) na DGTF. Desempenho de funções de fiscalização, revisão de contas e participação social: Membro do Conselho Consultivo da Portugal Vela 2007, S.A. (2006 a 2007); Vogal Suplente do Conselho Fiscal da Parque Expo, S.A. (mandato 2007 a 2009); Vogal Suplente do Conselho Fiscal da Caixa Geral de Depósitos, S.A. (mandato 2010 a 2012); Secretária da Mesa da Assembleia Geral da EP, S.A. (2007 a 2012); Vice-Presidente da Mesa da Assembleia Geral da AdP, S.A. (desde 2007); Presidente da Mesa da Assembleia-Geral da Empordef, S.A. (desde 2007); Presidente da Mesa da Assembleia Geral da Docapesca - Portos e Lotas, S.A. (desde 2007); Presidente da Mesa da Assembleia Geral da Carris, S.A. (desde 2012); Vogal do Conselho Fiscal da CTT Correios de Portugal, S.A. (2012 a 2014); Vogal Suplente do Conselho Fiscal da ANA - Aeroportos de Portugal, S.A. (2012 a 2014); Vogal do Conselho Fiscal da Parque Expo, S.A. (2011 a 2013); Presidente do Conselho Fiscal da Metro do Porto, S.A. (desde 2007).

***Vogal – Maria de Lurdes Pereira Moreira Correia de Castro, 49 anos***

Licenciada em Direito pela FDUL, Pós-Graduada em Direito das Sociedades Comerciais pela UCP, encontrando-se, atualmente, em elaboração da dissertação da tese de Mestrado em Ciências Jurídico-empresariais na FDUL.

Carreira Profissional: Advogada e consultora jurídica de várias sociedades (1991 a 1997); Representante do acionista Estado em assembleias gerais de diversas empresas, designadamente Portugal Telecom, SGPS, S.A. e da ANAM, S.A.; Membro de júris de concursos admissão de pessoal e aquisições de bens e serviços; Participação em grupos de trabalho nacionais e internacionais, sobre diversas matérias, designadamente sobre a revisão do regime jurídico do Setor Empresarial do Estado, do estatuto remuneratório das Empresas do Setor Empresarial do Estado, da regulamentação da União Europeia sobre concessões e da ultimação da fase final de introdução do Euro; Técnica Superior no Gabinete de Apoio Jurídico da DGT (1997 a 2005); Membro da Comissão de Vencimentos de diversas empresas públicas designadamente da ANAM, S.A., APS, S.A., EGREP, EPE e AdP, S.A.; Representante do Ministro de Estado e das Finanças no “Euro Legal Tender Working Group”,



promovido pela Comissão Europeia e pelo Banco Central Europeu (2009 a 2010 e 2014); Participação como cooperante no Programa Integrado de Cooperação e Assistência Técnica em Finanças Públicas Portugal- Cabo Verde, no âmbito do projeto “Bonificações do Estado” (junho e julho de 2008); Participação como cooperante no Programa Integrado de Cooperação e Assistência Técnica em Finanças Públicas Portugal - Moçambique, no âmbito do projeto “Gestão Delegada das Participações do Estado- IGEPE e Governação Corporativa nas Empresas do Estado” (fevereiro e março de 2013); Presidente da Comissão de Credores do Banco Privado Português no âmbito da Liquidação Judicial do BPP, S.A.; Diretora da Direção de Serviços Jurídicos e de Coordenação da DGTF (desde 2005). Desempenho de funções de fiscalização, revisão de contas e participação social: Vogal não executiva do Conselho de Administração da Lusa, S.A. (2006 a 2011); Vogal do Conselho Fiscal dos CTT, S.A., (2008 a 2013); Secretária da Mesa da Assembleia Geral da Parque Expo, S.A. e da IFD, S.A.; Vice-Presidente da Mesa da Assembleia Geral da Portugal Capital Ventures, S.A.; Vogal do Conselho Fiscal da CP, EPE (2013 a 2015).

Formadora em cursos de Formação Profissional e em diversas ações de formação no âmbito do direito administrativo e comercial, na DGTF (1992 e 1993).

***Vogal – RCA – Rosa, Correia & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, representada por Paulo Fernando da Silva Pereira, 51 anos***

Bacharel em Contabilidade e administração pelo ISCAL, Licenciado em Auditoria pelo ISCAL.

Carreira Profissional: Revisor Oficial de Contas, desde 1996, sócio e administrador da sociedade de revisores oficiais de contas RCA – Rosa, Correia & Associados, SROC, S.A.; Exerce funções na área de auditoria desde 1995 e, como representante da sociedade, tem participado em trabalhos em empresas de grande e média dimensão, pertencentes aos mais diversos setores de atividade e integrando os respetivos órgãos de fiscalização. Exerceu as funções de assessor e consultor da Inspeção Geral de Finanças e do Instituto de Financiamento e Desenvolvimento Regional em projetos cofinanciados por fundos comunitários. Responsável pelo trabalho de campo de auditoria a projetos cofinanciados pelo Fundo Social Europeu e pelo fundo Europeu de Desenvolvimento Regional. Responsável por investigações de compra (*due diligence*)



no âmbito de aquisições de participações financeiras ou de outros ativos, onde se destaca a NH Hoteles.

***Vogal ROC Suplente – Luis Francisco Pereira Rosa 58 anos***

Licenciado em Organização e Gestão de Empresas pelo Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa – Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE – IUL).

Carreira profissional: Revisor oficial de contas desde 1990 e sócio da RCA – Rosa, Correia & Associados. Iniciou a atividade de auditoria em 1983 na Coopers & Lybrand onde atingiu a posição de partner, função que desempenhou de 1994 a 1997. Neste ano transitou para a Auren, SROC, sociedade de que foi fundador e onde exerceu funções até 2007. No âmbito da atividade de revisor oficial de contas tem participado em inúmeros trabalhos em empresas de grande e média dimensão, pertencentes aos mais diversos setores de atividade e integrado, quando aplicável, os respetivos órgãos de fiscalização. No passado, foi Fiscal Único de diversas empresas públicas portuguesas, destacando-se a ANA – Aeroportos de Portugal, SA e a ANAM – Aeroportos e Navegação Aérea da Madeira SA. Tem sido ainda responsável por trabalhos de auditoria às contas de diversos projetos de desenvolvimento em Angola, financiados pela Agência Internacional para o Desenvolvimento do Banco Mundial e pelo Banco Africano de Desenvolvimento e às contas de diversas empresas angolanas, país onde obteve a qualificação profissional de Perito Contabilista.

O membro ROC suplente transitou do anterior Conselho fiscal e exerce as funções cometidas aos revisores de contas em regime de exclusividade.

A sociedade RCA - Rosa, Correia & Associados, SROC, inscrita na OROC sob o nº 143 e na CMVM sob o nº 5946, foi nomeada membro do Conselho Fiscal da NAV Portugal em 9 de julho de 2015, conforme Despacho conjunto dos Ministérios das Finanças e da Economia, representada pelo sócio Dr. Paulo Fernando da Silva Pereira (ROC 931).

O representante da SROC, Dr. Paulo Fernando da Silva Pereira, apenas exerce as funções de revisor oficial de contas, enquanto sócio da sociedade, conforme consta nos dados curriculares.



Mandato (Início-Fim)	Cargo <sup>(1)</sup>	Identificação SROC			Designação			Nº de anos de funções exercidas no grupo	Nº de anos de funções exercidas na entidade
		Nome	Nº de insc. OROC	Nº Reg. na CMVM	Forma	Data	Contratada		
2015-2017	ROC	RCA – Rosa, Correia & Associados, SROC, S.A., representada por Paulo Fernando da Silva Pereira	143	5946	Despacho	09.07.2015	09.07.2015		1
2015-2017	ROC	Luis Francisco Pereira Rosa RCA – Rosa, Correia & Associados, SROC, S.A.	143	5946	Despacho	09.07.2015	09.07.2015		1

<sup>(1)</sup> O ROC integra o Conselho Fiscal da NAV Portugal, E.P.E.

Unidade : euros

Nome	Remuneração anual			
	Bruta (1)	Reduções Remuneratórias (2)	Reversão Remuneratória (3)	Valor Final (4) = (1)-(2)+(3)
RCA – Rosa, Correia & Associados, SROC, S.A., representada por Paulo Fernando da Silva Pereira	9.834	n.a.	n.a.	9.834
RCA – Rosa, Correia & Associados, SROC, S.A., representada por Luis Francisco Pereira Rosa	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.

## Competência e funcionamento do Conselho Fiscal

Está atribuído ao Conselho Fiscal o exercício de todas as competências e o cumprimento de todos os deveres previstos na lei comercial (cfr. artigo 420.º e seguintes do Código das Sociedades Comerciais) e, em especial, fiscalizar a gestão e o cumprimento das normas reguladoras da atividade da Empresa, emitir parecer sobre os documentos de prestação de contas da Empresa e dar conhecimento aos órgãos competentes das irregularidades que apurar na gestão da Empresa.

O Conselho Fiscal reúne com periodicidade mínima trimestral, cabendo ao seu Presidente a convocação das reuniões por iniciativa própria ou a requerimento de qualquer dos seus membros, devendo delas ser lavradas atas, em folhas soltas, nos termos legais, assinadas por todos os membros que naquelas tenham participado.

De modo a cumprir com o disposto no nº 2 do artigo 54º do Decreto-Lei nº 224/2008, de 20 de novembro, o vogal ROC promoveu a rotação do Sócio responsável pela orientação do trabalho de revisão legal das contas e pela emissão dos respetivos relatórios, o que aconteceu após o fecho das contas de 2014. Para além da comunicação formal à Empresa, foi promovida uma reunião de apresentação com a Administração e com os responsáveis pelas áreas financeira e de controlo de gestão.

Por Despacho conjunto de 9 de julho de 2015 dos Senhores Secretários de Estado do Tesouro e das Infraestruturas, Transportes e Comunicações, foi nomeado o Conselho Fiscal da NAV para o triénio 2015-2017.



As principais funções do Conselho Fiscal compreenderam, relativamente ao exercício de 2015:

- A emissão de parecer sobre os instrumentos previsionais de gestão para o exercício de 2016;
- A análise da execução orçamental do período de janeiro a dezembro de 2015, baseada no relatório preparado pela Direção de Auditoria e Controlo de Gestão e em detalhes e esclarecimentos dos serviços;
- O acompanhamento da evolução das liquidações adicionais em sede de IRC decorrentes dos serviços não taxáveis e das contribuições para os fundos de pensões;
- O acompanhamento da evolução da situação de incumprimento da Câmara Municipal de Cascais relativamente aos serviços de controlo de tráfego aéreo do aeródromo de Tires prestados pela NAV Portugal;
- A análise da evolução dos principais indicadores operacionais e financeiros;
- A aferição da evolução do prazo médio de pagamentos, determinado de acordo com o definido na RCM n.º 34/2008, de 14 de Fevereiro, com a atualização introduzida pelo Despacho nº 9870/2009;
- A verificação do cumprimento dos deveres de informação a que a Empresa está sujeita;
- A leitura das atas e o acompanhamento das matérias mais relevantes na Administração da Empresa.

Nunca foram solicitados ou contratados quaisquer outros serviços à SROC envolvendo ou não o respetivo Revisor.

Durante o ano de 2015, o Conselho Fiscal realizou dezasseis reuniões formais (vide lista de presenças), analisou informação contabilística, apreciou os documentos de prestação de contas de 2014, emitindo o correspondente relatório e parecer, acompanhou e apreciou a execução trimestral, apresentando os respetivos relatórios à tutela, e emitiu parecer sobre o plano de atividades e orçamento para 2016.

Nas reuniões acima referidas incluem-se as efetuadas com o Conselho de Administração e com os Auditores Externos a propósito das contas do exercício e condução da auditoria. Foram promovidos contactos e reuniões, essencialmente através do membro revisor oficial de contas, que emitiu relatórios trimestrais, com os

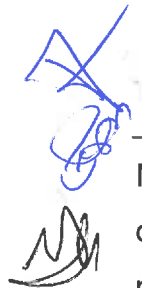
responsáveis da Direção de Estudos e Projetos, Direção Administrativa e Financeira, Direção de Auditoria e Controlo de Gestão, Direção de Relações Laborais e Gabinete Jurídico, para prestação de esclarecimentos complementares referentes a matérias de gestão e controlo, sobre temas das respetivas áreas.

O Conselho Fiscal desencadeou e acompanhou o procedimento concursal tendente à prestação de serviços de auditoria externa às demonstrações financeiras da empresa, para a auditoria às contas de 2015, cujo processo ficou concluído apenas em 2016 por ausência de propostas na primeira fase do concurso.

Sendo a NAV Portugal uma entidade de interesse público, o referido procedimento obedeceu às regras de independência e rotatividade que devem assistir à designação dos órgãos encarregues da auditoria, nomeadamente o previsto no Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho de 16 de abril de 2014, relativo aos requisitos específicos para a revisão legal de contas das entidades de interesse público e na Lei n.º 148/2015, de 9 de setembro.

Número de reuniões realizadas por parte de cada membro do CF:

Nº reuniões	Local de realização	Intervenientes na reunião	Ausências dos membros do C Fiscal
6	Sede da NAV Portugal	Conselho Fiscal: Dr. Paulo Lajoso e Dr. Gabriel Alves, em representação da RCA, SROC	
1	Sede da NAV Portugal	Conselho Fiscal: Dr. Paulo Lajoso e Dr. Gabriel Alves em representação da RCA, SROC Conselho de Administração: Eng. Luís Ottolini Coimbra e Dra Teresa Gomes Auditores Externos : Dra Teresa Tavares; Dr. Helder Costa	
1	Sede da NAV Portugal	Conselho Fiscal: Dr. Paulo Lajoso, Dr. Gabriel Alves e Dr. Paulo Pereira, em representação da RCA, SROC Conselho de Administração: Eng. Luís Ottolini Coimbra e Dra Teresa Gomes Dra Ana Paula Gomes, Dr. José Alfaia (DAFIN) e Engº João Batista (DACG)	
2	Sede da NAV Portugal	Conselho Fiscal: Dr. Paulo Lajoso e Dr. Paulo Pereira, em representação da RCA, SROC	
5	Sede da NAV Portugal	Conselho Fiscal: Dra. Fernanda Martins, Dra Lurdes Castro e Dr. Paulo Pereira, em representação da RCA, SROC	
1	Sede da NAV Portugal	Conselho Fiscal: Dra. Fernanda Martins, Dra Lurdes Castro e Dr. Paulo Pereira, em representação da RCA, SROC Dr. José Alfaia (DAFIN) e Engº João Batista (DACG)	



Não foram contratados serviços adicionais ao auditor externo. Caso tal fosse considerado, caberia ao Conselho Fiscal analisar a natureza dos serviços, a possibilidade legal de poderem ser executados em simultâneo com a prestação de serviços de auditoria e a existência de ameaças à independência do auditor externo.

#### AUDITOR EXTERNO

A Deloitte & Associados – SROC, S.A. (nº 43), com registo na CMVM (nº 231), exerceu a função de Auditor Externo da Empresa, desde o exercício de 2008, inclusive, até 31 de dezembro de 2014, tendo o processo de contratação sido desencadeado e acompanhado pelo Conselho Fiscal, após convite dirigido às principais firmas de auditoria. A sociedade foi representada, nos anos de 2008 a 2010, pelo sócio ROC Jorge Carlos Batalha Duarte Catulo e a partir de 2011 pela sócia ROC Dra. Teresa Alexandra Martins Tavares.

Unidade : euros

Identificação do Auditor Externo (SROC/ROC)			Contratação		Remuneração Anual			
Nome	Nº de Inscrição na OROC	Nº Registo na CMVM	Data	Período	Valor da Prestação de Serviços (1)	Redução Remuneratória (2)	Reversão Remuneratória (3)	Valor Final (4) = (1)-(2)+(3)
Deloitte & Associados-Sociedade de Revisores Oficiais de Contas <sup>(1)</sup>	43	231	03-09-2012	2012-2014	16.630	2.558	n.a.	14.071
Alves da Cunha, A. Dias & Associados-Sociedade de Revisores Oficiais de Contas,Lda <sup>(2)</sup>	74	2699	13-01-2016	2015-2017	7.534	n.a.	n.a.	7.534

<sup>(1)</sup> Caducou o contrato atual.

<sup>(2)</sup> Iniciado contrato, a 13.01.2016, com a empresa Alves da Cunha, A. Dias & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.

Em conformidade com a deliberação do Conselho de Administração de 30 de dezembro de 2015, e no decurso de novo processo de contratação desencadeado e acompanhado pelo Conselho Fiscal, após convite dirigido às principais firmas de auditoria foi estabelecido o contrato NAV nº 2016/01/SERV/DAFIN, com a empresa Alves da Cunha, A. Dias & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda. – ACAD – (nº 74), com registo na CMVM (nº 2699), representada pelo Sócio Gerente ROC, Senhor Dr. José Luís Areal Alves da Cunha, para a prestação de serviços de auditoria às demonstrações financeiras anuais, para o triénio 2015-2017, abrangendo:

- Realização de auditoria, observando padrões idênticos aos que se pratiquem para empresas admitidas à negociação em mercado regulamentado, sobre as demonstrações financeiras da NAV Portugal, elaboradas em conformidade com o Sistema de Normalização Contabilística (SNC);

- Elaboração de relatórios expressando se tais demonstrações financeiras mostram, em todos os aspetos materialmente relevantes e de forma apropriada, a posição financeira, os resultados e os fluxos de caixa de cada exercício.

O valor da remuneração paga ao auditor externo (Deloitte), em 2015, foi de € 14.071,20 (correspondente a 65% do valor do contrato) não tendo sido efetuado qualquer pagamento à ACAD, apenas foi especializado o custo correspondente a 35% do valor do contrato no montante de € 7.533,75.

*Unidade : euros*

<b>Remuneração paga ao Auditor Externo ( inclui contas individuais e consolidadas )</b>		
Valor dos serviços de revisão de contas	14.071	100%
Valor dos serviços de consultoria fiscal		
Valor de outros serviços que não revisão de contas		
Total pago pela empresa ao Auditor Externo	14.071	100%
<b>Por entidades que integram o grupo(inclui contas individuais e consolidadas)</b>		
Valor dos serviços de revisão de contas		
Valor dos serviços de consultoria fiscal		
Valor de outros serviços que não revisão de contas		
Total pago pelas entidades do Grupo ao Auditor Externo	-	-

O trabalho de auditoria é acompanhado pelo Conselho Fiscal através de reuniões de planeamento e de conclusão dos trabalhos, sem prejuízo do maior contacto estabelecido através do membro ROC do Conselho Fiscal.

O Conselho Fiscal faz uma avaliação regular, pelo menos em termos anuais, do trabalho desenvolvido, das conclusões comunicadas e do cumprimento dos prazos estabelecidos.





## **VI-ORGANIZAÇÃO INTERNA**

### **ESTATUTOS**

Os Estatutos da NAV Portugal, E.P.E. foram aprovados pelo Decreto-Lei nº 404/98, de 18 de Dezembro, alterados e republicados pelo Decreto-Lei nº 74/2003, de 16 de Abril.

Face à entrada em vigor do novo Regime do Setor Empresarial do Estado, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, e em cumprimento do disposto no seu n.º 1 do artigo 73.º, a NAV Portugal, E.P.E. procedeu à adaptação dos seus Estatutos e remeteu à tutela a sua proposta de Estatutos, dentro do prazo de 180 dias contados da data da entrada em vigor deste diploma, aguardando a sua competente aprovação.

Sendo a NAV Portugal, E.P.E. uma entidade pública empresarial, qualquer alteração aos seus Estatutos é realizada através de decreto-lei, em conformidade com o disposto no artigo 36.º do Decreto-Lei n.º 133/2013.

### **CONTROLO INTERNO E GESTÃO DE RISCOS**

Considerando que na área de negócio da Empresa – a prestação de serviços de tráfego aéreo – já estão instituídas práticas e procedimentos de Gestão de Riscos, Operacionais e Técnicos, cuja monitorização e controlos internos são, por natureza, bastante rigorosos, em virtude da necessidade de cumprimento de regras e normativos internacionais, cabe à função de Gestão de Risco na NAV Portugal assegurar a uniformidade de princípios no tratamento destes riscos de índole Económico-financeiros, Administrativa e de Corrupção.

Por esta razão a função de Gestão do Risco não está, na estrutura orgânica da NAV Portugal, consolidada e atribuída a um só órgão. A gestão e monitorização dos riscos tipificados são atribuições de vários órgãos da estrutura.

A gestão e a monitorização dos riscos de natureza Operacional e Técnica é atribuição da Direção de Segurança, Estratégia e Qualidade (DSEQ). A identificação de oportunidades de melhoria sobre os riscos designados é atribuição da Direção de Auditoria e Controlo de Gestão (DACG) que tem também a responsabilidade de mitigar e avaliar a gestão dos Riscos Económico-financeiros e Administrativos definidos pelos demais órgãos de estrutura.



A prevenção da Corrupção bem como a sua gestão é da responsabilidade conjunta do Gabinete de Assuntos Jurídicos (GABJUR) e da Direção de Auditoria e Controlo de Gestão (DACG).

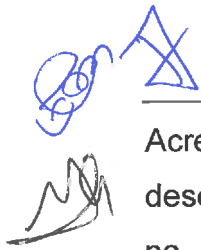


No caso da prevenção de corrupção, e dando execução à Recomendação nº 1, de 1 de julho de 2009, do Conselho de Prevenção da Corrupção (CPC), o Conselho de Administração da NAV Portugal aprovou um Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas que prevê um conjunto de medidas de prevenção da corrupção e, bem assim, a respetiva monitorização periódica através de auditorias internas, encontrando-se o mesmo disponível no endereço da Empresa na internet [www.nav.pt](http://www.nav.pt).

A fim de avaliar a efetividade, utilidade, eficácia e eventual reformulação das medidas preventivas adotadas, incluídas no Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas, a Empresa adota as seguintes estratégias:

- O Gabinete de Assuntos Jurídicos (GABJUR) e a Direção de Auditoria e Controlo de Gestão (DACG), elaboram e apresentam anualmente ao Conselho de Administração, um Relatório relativo à aferição da efetividade, utilidade, eficácia e eventual correção das medidas adotadas em matéria de prevenção de riscos de corrupção e de infrações conexas, propondo as alterações ao respetivo Plano que forem julgadas convenientes e/ou necessárias;
- A Direção de Auditoria e Controlo de Gestão (DACG) inclui no seu Programa Anual de Auditorias, a realização de ações de auditoria interna, com especial incidência no cumprimento das normas e requisitos legais/regulamentares dos procedimentos relativos à contratação pública, e nas medidas de prevenção previstas no referido Plano de Gestão de Riscos.

No que respeita à gestão e à monitorização dos riscos de natureza Económico-financeiros e Administrativos, que a Empresa deve prevenir no exercício da sua atividade, os mesmos estão estabelecidos pelo modelo económico seguido na prestação de serviços de navegação aérea e cuja monitorização está atribuída aos reguladores nacionais (ANAC) e internacionais (Comissão Europeia), nos termos dos regulamentos em vigor.



Acresce que, na vertente interna, para além da relevância das funções desempenhadas pelo Conselho Fiscal nesta matéria, o controlo interno destes riscos na NAV Portugal é verificado e analisado através da realização de auditorias independentes, solicitadas pelos órgãos sociais e também através das auditorias internas efetuadas pela DACG nos domínios financeiro e administrativo (Recursos Humanos e dos Sistemas de Informação).

As eventuais irregularidades detetadas na Empresa são avaliadas, em última análise, pelo Conselho de Administração, que decide sobre a evolução dos processos e a sua comunicação.

Complementarmente, a auditoria independente às contas da Empresa foi realizada pela empresa Alves da Cunha, A. Dias & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda., estando atribuído ao Conselho Fiscal “o exercício de todos os direitos e o cumprimento de todos os deveres previstos na lei comercial, e em especial fiscalizar a gestão e o cumprimento das normas reguladoras da atividade da Empresa, emitir parecer sobre os documentos de prestação de contas da Empresa e dar conhecimento aos órgãos competentes das irregularidades que apurar na gestão da Empresa”.

No que respeita aos Riscos Operacionais e Técnicos importa referir que enquanto prestadora de um serviço público, a NAV Portugal opera num ambiente regulado, onde a ANAC (Autoridade Nacional de Aviação Civil, I.P.), na sua qualidade de Autoridade Supervisora Nacional, assegura as condições de Certificação da Empresa, como prestador de serviços de navegação aérea, nos termos do Regulamento (CE) Nº 550/2004, do Parlamento Europeu e do Conselho, e do Regulamento da Comissão (UE) Nº 1035/2011, com as alterações introduzidas pelo Regulamento (UE) Nº 923/2012, de 26 de setembro.

Em conformidade, a Autoridade Nacional da Aviação Civil declarou na emissão de certificado respetivo, a conformidade da Empresa com os Requisitos Comuns aplicáveis aos serviços ATS (Tráfego Aéreo), AIS (Informação Aeronáutica) e CNS (Comunicações, Navegação e Vigilância).

A prevenção e o controlo destes riscos é efetuada essencialmente pela DSEQ, que tem, entre outras missões, assegurar as atividades de dinamização de Gestão da Qualidade de serviço prestado pela Empresa, nomeadamente, no que se refere à criação, desenvolvimento, monitorização e melhoria dos sistemas e da infraestrutura a ela associados. Neste capítulo à DACG está atribuída a responsabilidade da realização do programa anual de auditorias internas, nas áreas operacionais e técnicas que estão preceituadas no Regulamento (EU) N° 1035/2011, com as alterações introduzidas pelo Regulamento (UE) N° 923/2012, de 26 de Setembro da Comissão.

Também por via destes requisitos a Empresa adotou as metodologias inerentes aos normativos nacionais e internacionais de Gestão da Qualidade e de Gestão Ambiental, respetivamente NP EN ISO 9001:2008 e NP EN ISO 14001:2012, evidenciando assim a implementação do princípio da melhoria contínua na sua prestação de serviços, como suporte do seu Desenvolvimento Sustentável.

A NAV Portugal optou pela implementação de um Sistema de Gestão Integrado (SGI), sendo empresa certificada desde 2005, na vertente de Gestão da Qualidade e desde 2010, na vertente Ambiental. Deste modo, no âmbito dessa implementação e dos requisitos dos normativos referidos, são periodicamente desenvolvidas avaliações de satisfação dos clientes.

Adicionalmente a estas atividades, a Empresa dispõe ainda de um sistema de controlo de gestão, que monitoriza o processo de planeamento estratégico da NAV Portugal, controlando, de forma integrada, a execução dos planos, operacional e de investimentos, de médio e longo prazo, assegurando também os procedimentos de *Controlling* e de *Reporting* na Empresa.

Sintetizando, é possível identificar na NAV Portugal as seguintes tipologias de riscos e respetivas naturezas:

- **De natureza económica** – existe um risco económico associado ao comportamento do tráfego e da inflação face ao previsto nos planos de desempenho, que se encontra minimizado/controlado pelo modelo de regulação europeia aplicável à prestação de serviços de navegação aérea.



- **De natureza financeira** – o risco de não recebimento do valor dos serviços prestados é diminuto para os serviços de rota, dado Portugal ser parte integrante do sistema europeu de cobrança de taxas de rota, tendo os valores incobráveis sido inferiores a 0,2%, nos últimos anos, para a totalidade dos Estados Membros do Eurocontrol. A mesma tendência tem sido constatada para a atividade de terminal.
- **De natureza operacional** – existem riscos ao nível dos equipamentos e dos recursos humanos que podem por em causa a cabal prestação de serviços a que a Empresa está comprometida, embora mitigados pela arquitetura da operação e pela existência de planos de contingência.
- **De natureza jurídica** – um dos principais riscos da atividade da NAV Portugal, E.P.E. prende-se com os eventuais efeitos danosos resultantes do serviço público de apoio à navegação aérea que, legal e estatutariamente lhe está cometido, o qual é prestado ao abrigo de inúmera regulamentação internacional e comunitária, em especial a que decorre dos quadros jurídicos do Céu Único Europeu e da contratação pública.

Esta pluralidade de normativos visa, principalmente, assegurar adequados níveis de segurança da atividade (nas vertentes de *safety*- segurança operacional da aviação civil e *security* - segurança física de pessoas e bens), a proteção do meio ambiente e a existência de um mercado comunitário concorrencial de contratos públicos de empreitadas, fornecimento de bens e prestação de serviços.

Consequentemente, as sucessivas alterações legislativas e regulatórias implicam uma especial e constante adaptação desta empresa às novas realidades, com as correspondentes consequências legais resultantes do seu eventual incumprimento.

Finalmente, a NAV Portugal, E.P.E. contrata diversos seguros que mitigam as consequências de eventos incertos mas potencialmente desfavoráveis ao exercício da sua atividade, como sejam, entre outros: o de Responsabilidade Civil de Aviação, de Acidentes de Trabalho, Automóvel, Patrimonial 'Terrorismo/Sabotagem', de Responsabilidade Ambiental e de Saúde.

## REGULAMENTOS E CÓDIGOS

A NAV Portugal foi criada, por cisão da ANA, E.P., na forma de empresa pública, pelo Decreto-Lei nº 404/98, de 18 de dezembro, autonomizando-se assim, a prestação, em moldes empresariais, do serviço público de navegação aérea para apoio à aviação civil.

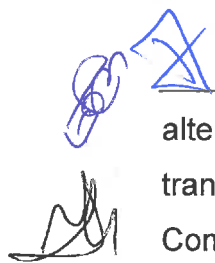
Pelo Decreto-Lei nº 74/2003, de 16 de abril, os estatutos da NAV Portugal foram republicados na íntegra, tendo sido adaptados ao Regime Jurídico do Setor Empresarial do Estado e das Empresas Públicas, então aprovado pelo Decreto-Lei nº 558/99, de 17 de dezembro, data a partir da qual a NAV Portugal passou a ser uma entidade pública empresarial.

À luz do preceituado no Artigo 14º do Decreto-Lei nº 133/2013, de 3 de Outubro, diploma que veio consagrar o novo regime do setor público empresarial e, consequentemente, revogar o Decreto-Lei nº 558/99, de 17 de Dezembro e as suas posteriores alterações, a NAV Portugal, enquanto entidade pública empresarial rege-se pelo direito privado, com as especificidades decorrentes do referido regime jurídico do sector público empresarial, pelo Decreto-Lei nº 404/98, de 18 de Dezembro, alterado pela Lei nº 35/99, de 26 de Maio e pelo Decreto-Lei nº 74/2003, de 16 de Abril e pelos respetivos Estatutos.

A NAV Portugal dispõe, no seu modelo organizativo e procedimental, de um conjunto de regulamentos internos dos quais se destacam os relativos à aquisição de bens e serviços, imobilizado, caixa e bancos, faturação e controlo de crédito, bem como um Código de Ética e um Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas.

Os membros do Conselho de Administração são considerados gestores públicos nos termos e para os efeitos consignados no Estatuto do Gestor Público (EGP), aprovado pelo Decreto-Lei nº 71/2007 de 27 de março, alterado e republicado pelo Decreto-Lei nº 8/2012, de 18 de janeiro.

No que respeita à contratação de empreitadas, locação e aquisição de bens móveis e aquisição de serviços, a NAV Portugal rege-se pelo Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de janeiro, e objeto de posteriores



alterações, tendo sido considerada como entidade adjudicante do setor especial dos transportes, por despacho do então Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações.

A atividade da NAV Portugal é enquadrada por um conjunto de legislação nacional, comunitária e internacional, de que se destaca:

### **Legislação Nacional**

No plano interno a atividade da NAV Portugal rege-se fundamentalmente pelo Decreto-Lei nº 404/98, de 18 de dezembro que criou a Empresa, por cisão da ANA, E.P e aprovou os respetivos estatutos alterados e republicados pelo Decreto-Lei nº 74/2003, de 16 de abril, confiando-lhe a prestação do serviço público de navegação aérea em todas as vertentes, seja na prestação de serviços de navegação aérea de rota nas duas Regiões de Informação de Voo (Lisboa e Santa Maria) sob responsabilidade do Estado Português, seja na prestação de serviços de navegação aérea de terminal nos aeroportos de Lisboa, Porto, Faro, Madeira, Porto Santo, Santa Maria, Ponta Delgada, Horta e Flores.

No que respeita a taxas de rota, o Decreto-Lei nº 461/88, de 29 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei nº 118/90, de 6 de abril, disciplina o respetivo processo de aplicação e cobrança, enquanto a matéria referente às taxas de terminal é regulada pelo Decreto-Lei nº 254/2012, de 28 de novembro.

Nos termos do disposto no nº 2 do artigo 31º do Decreto-Lei nº 254/2012, *“até à publicação de legislação específica, a determinação e fixação da taxa de terminal é efetuada por portaria do membro do Governo responsável pela área dos transportes, após parecer do INAC, I. P.”*

### **Legislação Comunitária**

A NAV Portugal, enquanto entidade prestadora de serviços de navegação aérea, está sujeita aos seguintes Regulamentos Comunitários que integram os denominados Pacotes do Céu Único Europeu (SES I e SES II):

- Regulamento (CE) nº 549/2004, do Parlamento e do Conselho, de 10 de março – regulamento quadro para a execução do céu único europeu;



- Regulamento (CE) nº 550/2004, do Parlamento e do Conselho, de 10 de março – relativo à prestação de serviços de navegação aérea;
- Regulamento (CE) nº 551/2004, do Parlamento e do Conselho, de 10 de março – que regula o espaço aéreo;
- Regulamento (CE) nº 552/2004, do Parlamento e do Conselho, de 10 de março – relativo à interoperabilidade, os quais constituem o I Pacote do Céu Único Europeu e,
- Regulamento (CE) nº 1070/2009, do Parlamento e do Conselho, de 21 de outubro – que alterou os Regulamentos (CE) nºs 549/2004, 550/2004, 551/2004, e 552/2004, aprovando o II Pacote do Céu Único Europeu.

Ao abrigo do Regulamento (CE) nº 550/2004 e após prévia certificação pela ANAC – enquanto autoridade supervisora nacional que assegura a implementação do Céu Único Europeu – a NAV Portugal foi designada pelo Ministério da Economia – Gabinete do Secretário de Estado das Infraestruturas, Transportes e Comunicações, Despacho n.º 7467/2015, de 30 de junho, publicado no Diário da República, 2.ª série — N.º 130, de 07 de julho, para a prestação de serviços de navegação aérea integrados em Portugal, compreendendo a prestação de Serviços de Controlo de Tráfego Aéreo (ATC), Serviços de Informação de Voo (FIS) e Serviços de Alerta (AL). O Certificado de Prestador de Serviços de Navegação Aérea, emitido pela ANAC a favor da NAV Portugal, cobre o triénio 2015-2018.

Além destes Regulamentos principais existem diversos outros que executam e desenvolvem disposições e princípios daqueles, designadamente os seguintes:

- Regulamento de Execução (UE) nº 1034/2011, da Comissão, de 17 de outubro, relativo à supervisão da segurança nos serviços de gestão do tráfego aéreo e de navegação aérea e que altera o Regulamento (UE) nº 691/2010;
- Regulamento de Execução (UE) nº 1035/2011, da Comissão, de 17 de outubro, que estabelece requisitos comuns para a prestação de serviços de navegação aérea e que altera os Regulamentos (CE) nº 482/2008 e (UE) nº 691/2010;
- Regulamento de Execução (UE) nº 1206/2011, da Comissão, de 22 de novembro, que estabelece os requisitos aplicáveis à identificação das aeronaves para efeitos da vigilância no céu único europeu;


- Regulamento de Execução (UE) nº 1207/2011, da Comissão, de 22 de novembro, que estabelece os requisitos para o desempenho e a interoperabilidade da vigilância no céu único europeu;
- Regulamento de Execução (UE) nº 1216/2011, da Comissão, de 24 de novembro, que altera o Regulamento (UE) nº 691/2010 da Comissão e que estabelece um sistema de desempenho para os serviços de navegação aérea e as funções de rede;
- Regulamento de Execução (UE) nº 923/2012 da Comissão, de 26 de setembro, que estabelece as regras comuns do ar e as disposições operacionais relativas aos serviços e procedimentos de navegação aérea e que altera o Regulamento de Execução (UE) nº 1035/2011 e os Regulamentos (CE) nºs 1265/2007, 1794/2006, 730/2006, 1033/2006 e (UE) nº 255/2010;
- Regulamento de Execução (UE) nº 1079/2012 da Comissão, de 16 de novembro, que estabelece os requisitos de espaçamento dos canais de voz no céu único europeu;
- Regulamento de Execução (UE) nº 390/2013 da Comissão, de 3 de maio, que estabelece um sistema de desempenho para os serviços de navegação aérea e as funções da rede;
- Regulamento de Execução (UE) nº 391/2013 da Comissão, também de 3 de maio, que estabelece um regime tarifário comum para os serviços de navegação aérea e,
- Regulamento de Execução (UE) nº 657/2013 da Comissão, de 10 de julho, que altera o Regulamento de Execução (UE) nº 1079/2012, que estabelece os requisitos de espaçamento dos canais de voz no céu único europeu;
- Regulamento de Execução (UE) nº 970/2014 da Comissão, de 12 de setembro, que altera o Regulamento (UE) nº 677/2011, que estabelece as regras de execução para a implementação das funções de rede na gestão do tráfego aéreo (ATM);
- Regulamento de Execução (UE) nº 1028/2014 da Comissão, de 26 de Setembro, que altera o Regulamento de Execução (UE) nº 1207/2011 que estabelece os requisitos para o desempenho e a interoperabilidade da vigilância no céu único europeu e,
- Regulamento de Execução (UE) nº 1029/2014 da Comissão, de 26 de setembro, que altera o Regulamento (UE) nº 73/2010 da Comissão, que estabelece os

requisitos aplicáveis à qualidade dos dados aeronáuticos e da informação aeronáutica no Céu Único Europeu.


No decurso de 2015 foram ainda aprovados o Regulamento de Execução (UE) 2015/310 da Comissão, de 26 de fevereiro, que altera o Regulamento (CE) nº 29/2009, que estabelece os requisitos aplicáveis aos serviços de ligações de dados no céu único europeu e que revoga o Regulamento de Execução (UE) nº 441/2014, a Decisão de Execução (UE) 2015/347 da Comissão, de 2 de março, no respeitante à incoerência de certos objetivos incluídos nos planos nacionais ou relativos aos blocos funcionais de espaço aéreo, apresentados ao abrigo do Regulamento (CE) nº 549/2004, com os objetivos de desempenho a nível da União para o segundo período de referência e que formula recomendações para a revisão dos referidos objetivos e a Decisão de Execução (UE) 2015/348 da Comissão, de 2 de março, no respeitante à coerência de determinados objetivos incluídos nos planos nacionais ou relativos aos blocos funcionais de espaço aéreo, apresentados ao abrigo do Regulamento (CE) nº 549/2004 do Parlamento Europeu e do Conselho, com os objetivos de desempenho a nível da União para o segundo período de referência.

### **Legislação internacional**

- A atividade da NAV Portugal é enquadrada e disciplinada por numerosa e completa legislação e regulamentação internacional, de entre a qual se destaca a Convenção Sobre a Aviação Civil Internacional, assinada em Chicago em 1944, também denominada Convenção sobre a Aviação Civil Internacional e os seus 19 Anexos que regulamentam exaustivamente todas as matérias relativas à aviação civil e, ao que aqui importa, à navegação aérea, designadamente e sem preocupações exaustivas, o Anexo I relativo às licenças dos controladores de tráfego aéreo (CTA), o Anexo 2 que estabelece as regras comumente designadas como “regras do ar”, o Anexo 11 que estabelece as regras relativas aos serviços de tráfego aéreo e a Anexo 19 que visa a gestão da segurança operacional;
- A atividade da NAV Portugal é igualmente enquadrada pelas Normas da Organização Europeia para a Segurança da Navegação Aérea (EUROCONTROL) a que Portugal aderiu, subscrevendo o Protocolo de Emenda à Convenção Internacional de Cooperação para Segurança da Navegação Aérea



“EUROCONTROL”, aprovado para ratificação pelo Decreto do Governo nº 28/83, de 28 de abril e,

- 
- Quanto a taxas devidas pela prestação de serviços de navegação aérea de rota salienta-se igualmente o Acordo Multilateral Relativo a Taxas de Rota, ratificado pelo Decreto do Governo nº 30/83, de 2 de maio, nos termos do qual os Estados Contratantes acordaram em adotar uma política comum nesta matéria, criando um sistema uniforme de estabelecimento e cobrança de taxas de rota, utilizando, para esse fim, os serviços do EUROCONTROL.

### **Código de Ética**

O Conselho de Administração da NAV Portugal aprovou, em 2008, o Código de Ética aplicável a todos os Colaboradores da Empresa.

Nos termos do Código de Ética, *“a NAV Portugal tem como princípios estruturantes da sua missão a proteção dos valores pelos quais pauta a sua atuação, de acordo com os mais elevados princípios éticos, em especial pelos princípios da integridade, transparência, rigor, equidade, boa-fé e credibilidade da Empresa, tendo sempre subjacente que prossegue uma atividade de interesse público, de que depende o desenvolvimento económico e social, a aproximação dos povos e culturas e o bem-estar dos cidadãos. Neste sentido, os Colaboradores da NAV Portugal, no cumprimento das suas obrigações legais, regulamentares e contratuais, devem orientar a sua conduta aos princípios éticos defendidos pela Empresa, quer nas suas relações com os outros Colaboradores, quer nas relações que estabeleçam com as Partes Interessadas (comummente designadas Stakeholders) e demais entidades com as quais se relacionem profissionalmente.”*

Nesta conformidade, a NAV Portugal, o seu Conselho de Administração e os membros que o compõem, assumiram um compromisso ético relacionado com o comportamento organizacional e com o comportamento das pessoas que integram a Empresa, bem como, com as relações que se estabelecem com as suas Partes Interessadas, assente em práticas de responsabilidade social, ambiental e domínios para além dos constantes no quadro jurídico-normativo a que a Empresa se encontra obrigada, contribuindo de forma pró-ativa para o desenvolvimento sustentável.

O Código de Ética integra-se, por conseguinte, na política de responsabilidade social assumida pela NAV Portugal, constituindo um pilar fundamental na sua afirmação como uma empresa responsável perante a sociedade.

#### **DEVERES ESPECIAIS DE INFORMAÇÃO**

Em cumprimento do artigo 44º do Decreto-Lei nº 133/2013, é utilizada a plataforma SIRIEF para o reporte de informação económica e financeira.

No que respeita a garantias financeiras não há qualquer responsabilidade da NAV Portugal, com referência a 31 de dezembro de 2015.

Os objetivos definidos para o período, na proposta de Contrato de Gestão e nos Instrumentos Previsionais de Gestão 2015, são monitorizados e divulgados na referida plataforma, veiculados nos relatórios trimestrais de execução orçamental e relatório anual, não tendo sido comunicadas pelas Tutelas quaisquer medidas corretivas dos desvios reportados.


Os Instrumentos Previsionais de Gestão 2016 foram enviados aos Senhores Secretário de Estado das Infraestruturas, Secretário de Estado Adjunto, do Tesouro e das Finanças, Diretora-geral do Tesouro e Finanças e ao Inspetor-geral de Finanças através das cartas 24/CA/2016, 25/CA/2016, 26/CA/2016 e 27/CA/2016, de 03 de março, respetivamente.

Os Relatórios trimestrais de execução orçamental foram enviados aos Senhores Secretário de Estado das Infraestruturas, Transportes e Comunicações e Secretário de Estado do Tesouro, Direção-Geral do Tesouro e Finanças e à Inspeção-Geral de Finanças, através das cartas 60 a 63/CA/2015, de 15-05-19 (1º Trimestre), 99 a 102/CA/2015, de 15-07-31 (2º Trimestre) e 134 a 137/CA/2015, de 15-11-18 (3º Trimestre), respetivamente.

#### **SÍTIO DA INTERNET**

Está disponível no sítio de Internet da Empresa [www.nav.pt](http://www.nav.pt), um conjunto de informações referentes a atividade da NAV Portugal nomeadamente:

- Sede e demais elementos mencionados no artigo 171º do CSC;

- 
- Estatutos e os regulamentos de funcionamento dos órgãos;
  - Identificação dos titulares dos órgãos sociais e outros órgãos estatutários;
  - Documentos de prestação de contas anuais;
  - Obrigações de serviço público a que a empresa está sujeita;
  - Modelo de financiamento subjacente à prestação de serviço público;
  - Relatório de Execução Orçamental;
  - Instrumentos Previsionais de Gestão e,
  - Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas.

### **PRESTAÇÃO DE SERVIÇO PÚBLICO OU DE INTERESSE GERAL**

Nos termos do disposto no artigo 48.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, a NAV Portugal, como entidade pública empresarial a quem foi confiada a prestação do serviço público de navegação aérea para apoio à aviação civil, em conformidade com os seus Estatutos, aprovados pelo Decreto-Lei n.º 404/98, de 18 de dezembro, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 74/2003, de 16 de abril, elabora e apresenta ao titular da função acionista e ao membro do Governo responsável pelo respetivo setor de atividade, proposta de contratualização da prestação deste serviço, em conformidade com o disposto na alínea d) do n.º 4 do artigo 39.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, o qual determina que “compete exclusivamente aos ministérios sectoriais definir o nível de serviço público a prestar pelas empresas e promover as diligências necessárias para a respetiva contratualização”.

A NAV Portugal, E.P.E. aguarda a definição do nível de serviço público de navegação aérea para apoio à aviação civil, a fim de elaborar e apresentar a mencionada proposta de contratualização da prestação deste serviço.

Acresce que não foi igualmente celebrado com o titular da função acionista contrato respeitante à remuneração da atividade prosseguida, em conformidade com o disposto no Decreto-Lei n.º 167/2008, de 26 de agosto, que estabelece o regime jurídico aplicável à concessão de subvenções públicas, porquanto o financiamento da prestação de serviços de navegação aérea é assegurado através das taxas de navegação aérea (rota e terminal) cobradas aos Utilizadores dos serviços de navegação aérea, não sendo a Empresa beneficiária de indemnizações compensatórias.



## **VII-REMUNERAÇÕES**

### **COMPETÊNCIAS PARA A DETERMINAÇÃO**

As remunerações dos órgãos sociais:

- Do Conselho de Administração - são determinadas em função dos diplomas legais de fixação das remunerações decorrentes da aplicação do Estatuto de Gestor Público (Decreto-Lei nº 8/2012 de 18 de janeiro);
- Do Conselho Fiscal - são determinadas por despacho conjunto das tutelas governamentais, financeira e técnica;


As remunerações dos Dirigentes são determinadas por Acordo de Empresa que estabelece a tabela salarial.

### **ESTRUTURA DAS REMUNERAÇÕES**

A política de remuneração do Conselho de Administração encontra-se definida em função das disposições legais constantes do Estatuto de Gestor Público (Decreto-Lei nº 71/2007, de 27 de março, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei nº 8/2012, de 18 de janeiro), tendo ainda em consideração, quer as disposições constantes das Resoluções do Conselho de Ministros nº 16/2012, publicada no DR, 1ª Série, nº 32, de 14 de fevereiro e nº 36/2012, publicada no DR, 1ª Série, nº 61, de 26 de março.

Considerando que a NAV Portugal é uma entidade pública empresarial, a fixação das remunerações dos membros do Conselho de Administração, foi efetuada com base nas disposições legais supramencionadas, designadamente através das referidas Resoluções do Conselho de Ministros, não lhe sendo consequentemente aplicável as regras previstas para as sociedades anónimas, as quais preveem a fixação das remunerações do órgão de administração, pela respetiva assembleia geral ou por uma comissão de remunerações designada por aquela.

Paralelamente, atentas as disposições legais constantes do Estatuto de Gestor Público, designadamente as disposições relativas a incompatibilidades e impedimentos, considera-se que o cumprimento das mesmas, se verifica pela prática já instituída, no âmbito da prevenção de conflitos de interesses, constante no Capítulo III do presente Relatório, ou seja pela abstenção de cada membro do Conselho de Administração em intervir nas decisões que envolvam os seus próprios interesses.



De igual modo, atentas as disposições legais constantes do Estatuto de Gestor Público que presidiram à definição das remunerações do Conselho de Administração, entende-se que tal definição foi estruturada, tendo em atenção a complexidade, exigência e responsabilidade, decorrentes da natureza da missão e das atribuições estatutárias cometidas à NAV Portugal, garantindo-se assim, o alinhamento dos interesses dos membros do Conselho de Administração, com os interesses de longo prazo da Empresa.

A política de remuneração do Conselho Fiscal, encontra-se definida em função do Despacho nº 5092/2009, dos então Ministérios das Finanças e da Administração Pública e das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, publicado no DR, 2ª Série nº 30, de 12 de fevereiro.

Durante o ano de 2015 não foram atribuídos quaisquer prémios de gestão aos membros do Conselho de Administração. De referir o facto de, atentas as disposições legais previstas no nº 12 do art.º 2º da Lei nº 75/2014 de 12 de setembro, a NAV Portugal foi excecionada da aplicação das reduções remuneratórias. Contudo, a remuneração fixa mensal ilíquida dos Membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, foi reduzida a título excecional em 5%, com efeitos a partir de junho de 2010, nos termos da Lei nº 12-A/2010, de 30 de junho.

Nos termos da legislação anteriormente referida que define o quadro retributivo dos Gestores Públicos, a remuneração dos membros do Conselho de Administração integra o vencimento mensal e um abono mensal para despesas de representação, no valor de 40 % do respetivo vencimento mensal. Não existem quaisquer componentes variáveis da remuneração, bem como quaisquer diferimentos remuneratórios.

Em 2015, não se verificou a assinatura de quaisquer contratos de gestão e reflexamente a atribuição de quaisquer prémios de gestão, tendo a NAV Portugal apresentado à Tutela uma proposta de Contrato de Gestão para o Mandato 2012-2014, conforme referido no Capítulo I deste Documento.

Os membros do Conselho de Administração não beneficiam de quaisquer regimes complementares de pensões ou de reforma antecipada, especificamente definidos.

## DIVULGAÇÃO DAS REMUNERAÇÕES

### CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Unidade : euros

Nome	EGP			
	Fixado	Classificação	Vencimento mensal	Despesas Representação
Luís Filipe Ottolini Coimbra	Sim	A	5.722,75	2.289,10
Luís Filipe Montes Palma de Figueiredo <sup>(1)</sup>	Sim	A	4.578,20	1.831,27
Teresa Maria da Silva Gomes <sup>(2)</sup>	Sim	A	4.578,20	1.831,27

<sup>(1)</sup> Cessou funções a 31 de janeiro de 2015.

<sup>(2)</sup> Cessou funções a 29 de fevereiro de 2016.

Unidade : euros

Nome	Remuneração anual					
	Variável	Fixa	Bruto (1)	Reduções Remuneratórias (2)	Reversão Remuneratória (3)	Valor Final (4) = (1)-(2)+(3)
Luís Filipe Ottolini Coimbra	n.a.	107.588	107.588	5.379	n.a.	102.208
Luís Filipe Montes Palma de Figueiredo	n.a.	14.125	14.125	701	n.a.	13.425
Teresa Maria da Silva Gomes	n.a.	86.070	86.070	4.303	n.a.	81.767

Unidade : euros

Nome	Sub. Ref.	Benefícios Sociais					
		Regime de Proteção Social		Seguros		Outros	
		Ident.	Valor	Saúde	Vida	Ident.	Valor
Luís Filipe Ottolini Coimbra	0	Seg. S.	24.274	543	0	Seg. Ac. Pessoais	93
Luís Filipe Montes Palma de Figueiredo	0	CGA	1.420	45	0	Seg. Ac. Pessoais	6
Teresa Maria da Silva Gomes	0	Seg. S.	19.420	543	0	Seg. Ac. Pessoais	74

De referir que os Administradores não auferiram qualquer remuneração de outras sociedades em relação de domínio ou de grupo, nem qualquer verba a título de remuneração paga sob a forma de participação nos lucros, de prémios ou referente a indemnizações por cessação das suas funções durante o exercício.

## CONSELHO FISCAL

### Mandato I

Unidade : euros

Nome	Remuneração anual			
	Bruto (1)	Reduções Remuneratórias <sup>(2)</sup> (2)	Reversão Remuneratória (3)	Valor Final (4) = (1)-(2)+(3)
António Demétrio Gervásio Lérias <sup>(1)</sup>	1.145	57	0	1.087
Paulo Guilherme Fernando Lajoso	7.849	374	0	7.475
RCA – Rosa, Correia & Associados, SROC, S.A., representada por Gabriel Correia Alves <sup>(3)</sup>	10.184	n.a.	0	10.184

<sup>(1)</sup> Falecido a 28 de janeiro de 2015.

<sup>(2)</sup> Redução de 5% por aplicação do artigo 12º da Lei nº12 - A / 2010

<sup>(3)</sup> Substituído por Paulo Fernando da Silva Pereira a 1 de maio de 2015 (Regime de rotatividade - 7 anos). Inclui IVA a taxa legal em vigor

A partir 9 de julho de 2015 foram designados os novos membros do Conselho Fiscal da NAV Portugal, para o mandato 2015-2017.

### Mandato II

Unidade : euros

Nome	Remuneração anual			
	Bruto (1)	Reduções Remuneratórias <sup>(1)</sup> (2)	Reversão Remuneratória (3)	Valor Final (4) = (1)-(2)+(3)
Maria Fernanda Joanaz da Silva Martins	10.705	510	0	10.195
Maria de Lurdes Moreira Correia de Castro	7.819	372	0	7.447
RCA – Rosa, Correia & Associados, SROC, S.A., representada por Paulo fernando da Silva Pereira <sup>(2)</sup>	9.484	n.a.	0	9.484

<sup>(1)</sup> Redução de 5% por aplicação do artigo 12º da Lei nº12 - A / 2010

<sup>(2)</sup> Inclui IVA a taxa legal em vigor

Nos termos dos Estatutos da Empresa não existe Assembleia Geral.

## VIII-TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS E OUTRAS

Após análise ao universo das transações que ocorrem na NAV Portugal, considera-se que se incluem nestas condições:

- As que ocorrem com o Instituto Português do Mar e da Atmosfera, I.P. (IPMA, I.P.) no respeitante à prestação de Serviços Meteorológicos para apoio à navegação aérea, nos termos do estipulado no Decreto-Lei nº 220/1997, de 20 de agosto;
- As que ocorrem com a Força Aérea Portuguesa (FAP) e a Marinha, no respeitante à prestação dos serviços de Busca e Salvamento Aéreo, nos termos dos respetivos Protocolos NAV/FAP e NAV/Marinha, assinados a 15 de março de 2002 e,
- As que ocorrem com a Autoridade Nacional de Aviação Civil, I.P. (ANAC), decorrentes do exercício das suas responsabilidades enquanto Entidade Supervisora Nacional, nos termos do Protocolo NAV/INAC, assinado a 27 de novembro de 2009.

No quadro seguinte apresentam-se os valores respeitantes a esses serviços, nos exercícios de 2014 e 2015.

Unidade: euros

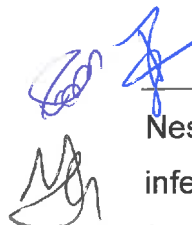
Serviços de apoio à Navegação Aérea	Entidade	2015	2014
Meteorológicos	IPMA	7 053 005	6 998 046
Busca e Salvamento	FA	5 606 309	5 485 985
	Marinha	2 047 807	2 008 873
Entidade Supervisora Nacional	ANAC	826 778	827 605
<b>TOTAL</b>		<b>15 533 899</b>	<b>15 320 511</b>

## INFORMAÇÃO SOBRE OUTRAS TRANSAÇÕES

### Procedimentos adotados em matéria de aquisição de bens e serviços

No que respeita à contratação de empreitadas, locação e aquisição de bens móveis e aquisição de serviços, a NAV Portugal, E.P.E. rege-se pelo Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de janeiro, tendo sido considerada como entidade adjudicante do setor especial dos transportes, por despacho do então Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações.





Nesta conformidade, em relação à formação dos contratos de empreitadas de valor inferior ao limiar comunitário de cinco milhões cento e oitenta e seis mil euros e à formação de contratos de locação ou aquisição de bens móveis e de prestação de serviços de valor inferior ao limiar comunitário de quatrocentos e catorze mil euros, que respeitem, direta e principalmente à atividade de navegação aérea, não se aplicam as regras da Parte II (Contratação Pública) do CCP relativas aos tipos de procedimentos previstos no Código, adotando-se, nessas situações, os procedimentos “*ad hoc*” que melhor se adequarem ao interesse público da navegação aérea e aos interesses empresariais da NAV Portugal.

Quanto à formação de contratos que não digam, direta e principalmente, respeito à atividade de navegação aérea, a NAV Portugal, enquanto entidade adjudicante do artigo 2º, nº 2 do CCP, excetuados os casos de escolha do ajuste direto em função de critérios materiais, pode adotar o procedimento de ajuste direto para a formação de contratos de empreitada de valor inferior a cento e cinquenta mil euros e de locação ou aquisição de bens móveis e de prestação de serviços de valor inferior a setenta e cinco mil euros.

A NAV Portugal, no seu Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas, disponível no sítio da Empresa na internet [www.nav.pt](http://www.nav.pt), prevê igualmente um conjunto de regras que visam disciplinar e homogeneizar a atuação dos diversos intervenientes nos diferentes procedimentos aquisitivos, sendo de destacar, nomeadamente, as seguintes:

- Todos os Diretores, Responsáveis de Área, Chefias de grau hierárquico inferior e trabalhadores da NAV Portugal que participem em qualquer fase dos procedimentos aquisitivos devem preencher e entregar na respetiva Direção, uma declaração de inexistência de qualquer dos impedimentos previstos no artigo 44º do Código do Procedimento Administrativo (CPA), competindo ao respetivo Diretor visar essas declarações e promover e manter o respetivo arquivo atualizado e acessível a qualquer auditoria;
- As funções de assessoria jurídica na contratação pública, designadamente na elaboração de documentos a patentear nos procedimentos aquisitivos e, bem assim, na elaboração e, quando a lei o permita, na negociação de contratos, devem ser exercidas de forma centralizada e diretamente, ou sob supervisão do

Gabinete de Assuntos Jurídicos (GABJUR), por forma a evitar a dispersão, por outras Direções, Gabinetes ou Áreas, de intervenções jurídicas suscetíveis de tornar os referidos serviços de assessoria jurídica, contraditórios ou deficientes;

- A elaboração das peças de procedimentos aquisitivos que respeitem à formação de contratos:
  - de locação ou aquisição de bens móveis e de aquisição de serviços cujo preço contratual exceda € 10.000,00, excetuados aqueles de reduzida complexidade em que a relação contratual se extinga com o fornecimento ou com a prestação de serviços, sem prejuízo da manutenção de obrigações acessórias que tenham sido estabelecidas inequivocamente em favor da entidade adjudicante, tais como as de sigilo ou de garantia dos bens e serviços adquiridos e,
  - de contratos de empreitadas cujo preço contratual exceda € 15.000,00, deve competir a uma equipa pluridisciplinar constituída por, pelo menos, um elemento da Direção, Gabinete ou Área interessada, um elemento da Direção de Estudos e Projetos (DEP) no caso de se tratar de uma empreitada, um elemento da Direção Administrativa e Financeira (DAFIN) e um elemento do Gabinete de Assuntos Jurídicos (GABJUR), salvo em casos devidamente justificados que devem ser obrigatoriamente fundamentados, de forma concreta e completa, pelo Diretor ou Responsável de Área da Direção, Gabinete ou Área interessada na aquisição;
- Na definição das entidades a convidar nos procedimentos por ajuste direto, quer os correspondentes contratos respeitem, quer não, à atividade de navegação aérea, além da Direção, Gabinete ou Área proponentes dos procedimentos aquisitivos, a DAFIN/COAPG poderá indicar outras entidades, consoante o conhecimento do mercado que possua, nomeadamente através da plataforma de contratação pública em utilização na Empresa, criando um sistema de rotação de entidades convidadas, em especial quando se trate da aquisição de bens de consumo corrente, designadamente de economato e,
- Sempre que no ajuste direto seja convidada apenas uma entidade, o Diretor da unidade ou subunidade orgânica proponente deverá, sem qualquer exceção, fundamentar tecnicamente, de forma inequívoca, concreta e completa, essa decisão.

## Universo de transações que não ocorrem em condições de mercado

Fornecedor	Valor c/ IVA
<b>ALCATEL</b>	<b>12.298,87 €</b>
SERVICE AGGREGATION ROUTER 7705SAR-8	12.298,87 €
<b>ALCATEL LUCENT</b>	<b>16.212,38 €</b>
AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO PARA BENEFICIAÇÃO DA INSTALAÇÃO DO SISTEMA FEIXE NORTE	16.212,38 €
<b>ALTYS TECHNOLOGIES</b>	<b>15.725,00 €</b>
MICRA MULTI-MODE	15.725,00 €
<b>APCER</b>	<b>5.134,59 €</b>
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE AUDITORIA EXTERNA AO SISTEMA DE GESTÃO DA QUALIDADE	5.134,59 €
<b>AREA MULTIPLA</b>	<b>8.170,89 €</b>
PAINEL COM GRELHA PARA CASSETES DE TETO	8.170,89 €
<b>ARTISYS</b>	<b>134.000,00 €</b>
SUBSTITUIÇÃO DE COMPONENTES DE <i>HARDWARE</i> E DE <i>SOFTWARE</i> DO SIMULADOR NAVCASS	134.000,00 €
<b>ASAP</b>	<b>20.000,00 €</b>
UPGRADE DE LIC. DO PROGRAMA INFORMÁTICO DE PROCEDIMENTOS DE APROXIMAÇÃO E ESPAÇO AÉREO	20.000,00 €
<b>ATI AVIONICS</b>	<b>11.785,00 €</b>
SIGNAL LIGHT GUN	11.785,00 €
<b>BARROCAS &amp; ASSOCIADOS</b>	<b>29.520,00 €</b>
AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSESSORIA JURIDICA	29.520,00 €
<b>BUREAU VERITAS</b>	<b>7.011,00 €</b>
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE AUDITORIA INTERNA	7.011,00 €
<b>COMSOFT</b>	<b>13.620,00 €</b>
SERVIDORES SOBRESSELENTES PARA PLATAFORMAS OPERACIONAIS ARTAS	13.620,00 €
<b>EDISOFT</b>	<b>16.574,25 €</b>
ANTENAS DO SISTEMA DVOR	6.125,40 €
REPARAÇÃO APS THALES	5.012,25 €
REPARAÇÃO DE MODULO	5.436,60 €
<b>EIZO</b>	<b>10.907,00 €</b>
MONITORES COM ACESSÓRIOS	10.907,00 €
<b>FORMABASE</b>	<b>32.447,40 €</b>
FUNCIONALIDADES PARA PLATAFORMA DE GESTÃO DE DADOS DE SEGURANÇA OPERACIONAL	9.717,00 €
FUNCIONALIDADES PARA PLATAFORMA DE GESTÃO DE DADOS DE SEGURANÇA OPERACIONAL NAV-DMS	22.730,40 €
<b>GARRIGUES</b>	<b>10.455,00 €</b>
AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSESSORIA JURIDICA RELACIONADA COM A LIQUIDAÇÃO ADICIONAL DE IRC	10.455,00 €
<b>GESTIMIDE</b>	<b>6.912,60 €</b>
EMPREITADA INSTALAÇÃO LOGOTIPO LUMINOSO NAV PORTUGAL NA TORRE DO RADAR DO ALS	6.912,60 €
<b>GLINTT</b>	<b>24.260,30 €</b>
RENOVAÇÃO SUPORTE PLATAFORMAS DE SEGURANÇA	24.260,30 €
<b>GUIALMI</b>	<b>25.016,28 €</b>
CADEIRAS P/SALA SIMULAÇÃO OPERACIONAL, TEORICA E PSEUDO PILOTOS	19.674,27 €
CADEIRAS	5.342,01 €
<b>HAWORTH</b>	<b>17.710,71 €</b>
MOBILIARIO P/SALA SIMULAÇÃO OPERACIONAL, TEORICA E PSEUDO PILOTOS	17.710,71 €
<b>HEWLETT PACKART</b>	<b>170.317,37 €</b>
AQ. SERVIÇOS - ESTUDO DE VIABILIDADE, DES. EXPERIMENTAL E DE INV. DE UM SERVIÇO DE GESTÃO DE IT	115.263,30 €
RENOVAÇÃO SUPORTE MANUTENÇÃO SERVIDORES HP	55.054,07 €
<b>IBM</b>	<b>44.280,00 €</b>
CONTRATO DE MANUTENÇÃO DE <i>HARDWARE</i>	44.280,00 €
<b>IER GRAPHIC</b>	<b>21.330,00 €</b>
FITAS DE PROGRESSO DE VOO	21.330,00 €
<b>IGEOE</b>	<b>73.974,08 €</b>
AQUISIÇÃO DE CARTAS	30.924,08 €
PRODUÇÃO DE CARTA AERONÁUTICA	43.050,00 €
<b>INTERESCRITORIO</b>	<b>14.322,50 €</b>
CADEIRA PRETA COSTA ALTA	7.161,25 €
<b>ITEN</b>	<b>203.060,02 €</b>
FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE EQUIPAMENTO PARA SATL - NATSMA V7	203.060,02 €
<b>KAISER+KRAFT</b>	<b>6.239,72 €</b>
ARMÁRIO	6.239,72 €
<b>LEASE PLAN</b>	<b>7.656,01 €</b>
PROLONGAMENTO CONTRATUAL DE VIATURAS	7.656,01 €



Fornecedor	Valor c/ IVA
<b>MERCER</b>	<b>19.065,00 €</b>
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSULTORIA - FUNDOS DE PENSÕES	19.065,00 €
<b>MICROSOFT IRELAND</b>	<b>39.465,66 €</b>
LICENCIAMENTO ADICIONAL MICROSOFT	39.465,66 €
<b>MULTICERT</b>	<b>9.348,31 €</b>
CERTIFICADOS DIGITAIS QUALIFICADOS	9.348,31 €
<b>ORACLE</b>	<b>11.175,76 €</b>
RENOVAÇÃO DO CONTRATO DE SUPORTE, ATUALIZAÇÃO E LICENCIAMENTO DE SOFTWARE	5.670,46 €
UPDATE LICENÇA	5.505,30 €
<b>PROSEGUR</b>	<b>11.312,04 €</b>
EQUIPAMENTO PARA SISTEMA DE SEGURANÇA	11.312,04 €
<b>QUADRA</b>	<b>5.658,39 €</b>
CADEIRAS	5.658,39 €
<b>RCAT</b>	<b>5.412,00 €</b>
ASSISTENCIA AOS CHILLERS E MOTO CONDENSADORES RCAT DA SALA DE CONTROLO DO CCTAL	5.412,00 €
<b>RCL</b>	<b>300.701,79 €</b>
EQUIPAMENTO MDP	179.983,44 €
MONITOR	15.728,01 €
MONITORES BARCO	104.990,34 €
<b>RIS2048</b>	<b>8.029,44 €</b>
RENOVAÇÃO GFI	8.029,44 €
<b>SAAB SENSIS CORPORATION</b>	<b>8.729,25 €</b>
ETHERNET SWITCH	8.729,25 €
<b>SECURITAS TRANSPORTAVIATION SECURITY</b>	<b>9.870,75 €</b>
AQ. DE SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E MANUTENÇÃO DOS EQ. DE VIGILÂNCIA EDIFÍCIOS 121 E 7	9.870,75 €
<b>SEGMA</b>	<b>78.572,44 €</b>
F&M DE BATERIAS DAS UPS E VEDAÇÃO PERIFÉRICA NO EDIFÍCIO DA TWR E SERVIÇOS TÉCNICOS DE PDL	78.572,44 €
<b>SELEX</b>	<b>320.798,00 €</b>
REPARAÇÃO DE EQUIPAMENTO	36.245,00 €
REPARAÇÃO DE APACOR	29.202,00 €
REPARAÇÃO DE RECEIVER E DRIVER AND TEST GENERATOR	46.352,00 €
REPARAÇÃO DE MATERIAL	27.497,00 €
EQUIPAMENTO	33.814,00 €
REPARAÇÃO DE EQUIPAMENTO	130.167,00 €
REPARAÇÃO DE MIXER PIF	17.521,00 €
<b>SOTECNICA</b>	<b>10.570,62 €</b>
PRESTAÇÃO SERVIÇOS DE TRF DO EDIF.CCO STA MARIA, TORRES P.DELGADA, FAIAL E FLORES	10.570,62 €
<b>SUNHILLO</b>	<b>19.800,00 €</b>
SUNHILLO RICI	19.800,00 €
<b>SYSTEMWARE EUROPE</b>	<b>5.550,00 €</b>
ANTENA VHF/UHF PARA BENEFICIAÇÃO DO SISTEMA AIR GROUND PARK AIR	5.550,00 €
<b>TELCABO</b>	<b>11.820,30 €</b>
INTERFACES E INSTALAÇÃO DE EQUIPAMENTO NORMAW EM SERRA D'AIRES E NISA	11.820,30 €
<b>TELESCAN</b>	<b>5.928,60 €</b>
REPARAÇÃO DE POWER SUPPLY, NORMAC	5.928,60 €
<b>TERMA</b>	<b>6.514,00 €</b>
REPARAÇÃO MOTHERBOARD	6.514,00 €

#### Lista de fornecedores que representem mais de 5% dos fornecimentos e serviços externos

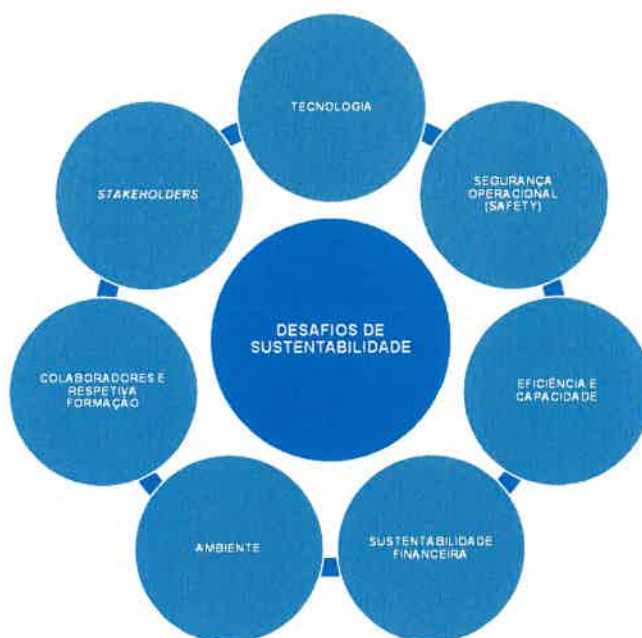
Unidade: euros

Empresa	
Fidelidade - Comp. Seg. SA	1.083.960
MEO, Serviços de Comunicações e Multimédia, S.A.	1.681.251

## IX-ANÁLISE DE SUSTENTABILIDADE DA EMPRESA

Em 2015, a NAV Portugal manteve, à semelhança dos anos anteriores, a prática de integração dos princípios de sustentabilidade nas políticas e processos da sua gestão, como suporte à promoção do seu desempenho em matéria de desenvolvimento sustentável e consequente definição de novas metas.

Nesse âmbito encontram-se identificados os desafios em matéria de sustentabilidade com maior grau de importância para a NAV Portugal e para as partes interessadas:



**Desafios de sustentabilidade**

- *Tecnologia*: Atualização permanente e pleno funcionamento dos sistemas, de forma a assegurar o cumprimento dos requisitos de segurança (*safety* e *security*), eficiência, capacidade, qualidade e proteção ambiental;
- *Segurança Operacional (Safety)*: Garantia da segurança operacional, protegendo utilizadores, clientes, comunidade, colaboradores e restantes *stakeholders*, tendo por objetivo atingir “zero acidentes”;
- *Eficiência e Capacidade*: Assegura a gestão do tráfego aéreo, através de uma gestão flexível da capacidade e da redução gradual dos tempos de espera;
- *Sustentabilidade Financeira*: Reforço de medidas de contenção de custos e de prudência nas decisões de investimentos, tendo por base a segurança operacional e a adequação interna aos objetivos estratégicos do “Céu Único Europeu”;



- *Ambiente*: Promoção da cultura da proteção ambiental e otimização do desempenho ambiental a nível interno, com contribuição para a redução do impacte ambiental do setor da aviação civil;
- *Colaboradores e formação*: Investimento na formação contínua dos colaboradores, como condição base para cumprimento dos objetivos da Empresa e,
- *Stakeholders*: Envolvimento com os *stakeholders* para a concretização eficaz dos diferentes eixos estratégicos através do desenvolvimento de projetos a nível nacional e internacional.

Os desafios de sustentabilidade identificados estão alinhados com o documento “NAV Portugal: Visão 2020”, definido pela NAV Portugal, E.P.E., onde a Empresa assume os sete “Grandes Objetivos Estratégicos”, conforme referido no ponto I do presente relatório.

O desdobramento dos grandes objetivos e a definição das áreas de atuação constam do Plano de Negócios 2015-2019.

No que respeita ao domínio ambiental, é política da empresa a implementação de medidas que reduzam o impacte ambiental direto e indireto da sua atividade.

O Sistema Integrado da Gestão da Qualidade e Ambiente da Empresa inclui, desde 2010, a vertente de Gestão Ambiental certificada, segundo a norma NP EN ISO 14001. Este sistema contribui, de modo significativo, para o reconhecimento interno e externo das práticas ambientais desenvolvidas e implementadas pela Empresa e para o reforço do posicionamento internacional da NAV Portugal.

No âmbito da Gestão Ambiental é elaborado, anualmente, o Programa de Gestão Ambiental, onde são identificadas as iniciativas previstas com impacte ambiental, e definidas metas e objetivos futuros. Ainda neste documento é analisado o grau de concretização, nomeadamente, o balanço das iniciativas realizadas e a verificação das metas e objetivos definidos anteriormente, sendo assim possível avaliar o desempenho ambiental da NAV Portugal.



No ano 2015, relativamente aos aspetos ambientais identificados no Sistema, para o consumo de energia elétrica verificou-se um aumento de 3,9%, comparativamente ao período homólogo.

O consumo de energia está também associado ao funcionamento dos grupos geradores e à frota automóvel afeta à NAV Portugal. No consumo de combustível da frota automóvel registou-se uma subida de 9% relativamente ao ano anterior, resultado da entrada em funcionamento de novas estações de apoio à navegação aérea, o que obrigou a um aumento de deslocações.

As operações da NAV Portugal implicam também o consumo de materiais, dos quais se destacam os óleos de motores utilizados nos geradores e o papel usado. O óleo dos motores dos grupos de geradores de emergência é substituído anualmente, tratando-se de uma prática de manutenção da Empresa com vista ao bom funcionamento deste equipamento em caso de emergência.

No que diz respeito ao consumo de papel, a NAV Portugal mantém a sua política de maximizar a utilização do uso de papel reciclado/híbrido, que em 2015 atingiu os 92%. Paralelamente, verificou-se uma descida de 12% no consumo de papel, face a 2014.

Da atividade da Empresa resulta, maioritariamente, resíduos urbanos e, em menor quantidade, resíduos industriais perigosos, dos quais se destacam: óleos de motor, baterias de chumbo e lâmpadas. No ano de 2015, e de acordo com os requisitos legais, os resíduos não perigosos (metais, vidro e equipamento informático) foram encaminhados, na sua totalidade, para valorização energética, reciclagem e produção de biogás.

Relativamente ao consumo de água, regista-se um aumento de 27% , face ao registado em 2014. Este aumento resulta maioritariamente das necessidades hídricas das áreas jardinadas da empresa, fortemente influenciadas por valores de precipitação quase sempre inferiores ao normal durante o ano de 2015, de acordo com os dados divulgados pelo IPMA.

Como ferramenta auxiliar na avaliação de desempenho ambiental, a Empresa, desde 2010, aderiu ao Programa de Gestão Voluntária de Carbono, tendo-se obtido como primeira estimativa para o período de estudo 2010-2015, uma redução de cerca de

2,5%. Para 2015, estimou-se um total de 5.539 tCO<sub>2</sub> eq, que corresponde a um aumento de 24,5% de emissões relativamente a 2014. Estão por apurar, ainda, alguns dados finais relativos ao âmbito 1 e âmbito 3.

Para cálculo da pegada carbónica é seguida a metodologia *standard* definida pelo *Greenhouse Gas Protocol*, permitindo estimar as emissões de gases com efeito de estufa (GEE) decorrentes da atividade, e que é complementar ao normativo NP EN ISO 14064, considerando três âmbitos distintos: emissões diretas (âmbito 1), emissões indiretas resultantes da produção de eletricidade (âmbito 2) e outras emissões indiretas de GEE (âmbito 3).

No âmbito deste programa destaca-se que, em 2015:

- Das emissões totais verificadas, cerca de 3.313 tCO<sub>2</sub> eq estão associadas ao consumo de energia elétrica (âmbito 2), representando um aumento de 3,3% relativamente ao ano anterior e,
- Nas emissões de âmbito 1, resultantes do consumo de combustível da frota própria, registaram-se cerca de 257 tCO<sub>2</sub> eq, representando uma subida de cerca de 9% relativamente ao período anterior.

A NAV Portugal assume que a compensação das emissões excedentes da sua atividade deve estar, sempre que possível, associada à prestação de serviços da sua atividade, promovendo a otimização do desempenho ambiental ao longo da sua cadeia de valor. Neste sentido, e tendo em conta o compromisso assumido de melhoria e otimização contínua da rede de rotas sob sua gestão, a Empresa prosseguiu o seu alinhamento com os objetivos definidos pelas entidades internacionais que regulam o setor.

Assim, e no âmbito deste plano de compensação, destaca-se novamente a colaboração ativa da NAV Portugal no programa *Atlantic Interoperability Initiative to Reduce Emissions* (AIRE), iniciado em 2007 pela Comissão Europeia e a *US Federal Aviation Administration* (FAA, Estados Unidos da América), que tem como principal objetivo a melhoria da eficiência energética dos voos comerciais, reduzindo em simultâneo as emissões poluentes e o ruído. Do programa SESAR-JU, responsável pela gestão da iniciativa AIRE, importa destacar em 2015 o desenvolvimento de campanhas de voo no âmbito do projeto *SMART Oceanic*.



Adicionalmente, e ainda no âmbito do Plano de Compensação de emissões GEE, a NAV Portugal dispõe de quatro instalações de produção de energia a partir de fontes renováveis que produziram, em 2015, 31,8 MWh de energia elétrica.

No âmbito da mitigação do ruído ambiental, a NAV Portugal, participa nos estudos de procedimentos de redução de ruído que têm vindo a ser desenvolvidos pela ANA Aeroportos. O objetivo destes estudos passa pela identificação de procedimentos exequíveis de redução de ruído, e desse modo contribuir para minimizar o ruído resultante da exploração dos aeroportos e seus efeitos nas populações expostas. Em 2015, estes estudos incidiram sobre o Aeroporto João Paulo II.

Ao nível da qualidade do serviço prestado, durante o ano de 2015, foi assegurada a manutenção da Certificação da Gestão Ambiental e da Gestão da Qualidade do Sistema de Gestão Integrado.

Em 2015 foi, igualmente, relevante a renovação da Certificação como prestador de serviços de navegação aérea, em conformidade com os Requisitos Comuns aos Serviços de Tráfego Aéreo (ATS), Serviço de Informação Aeronáutica (AIS) e Serviço de Comunicações, Navegação e Vigilância (CNS). A renovação foi atribuída pela ANAC, Autoridade Nacional da Aviação Civil, para o triénio 2015-2018, nos termos do Regulamento (CE) nº 550/2004, com as alterações do Regulamento (CE) nº 1070/2009, do Parlamento e do Conselho, e do Regulamento (UE) nº 1035/2011 da Comissão.

No que respeita à política de Responsabilidade Social desenvolvida pela NAV Portugal os seus pilares expressam-se através de valores, condutas e políticas da organização que integram de modo voluntário e em interação com os seus parceiros preocupações sociais e ambientais, para além do que resulta do estrito cumprimento da legislação nacional e internacional.

Assim, ao longo dos anos a NAV Portugal tem assumido práticas de responsabilidade social ao nível externo, através da promoção de direitos sociais e ambientais, nomeadamente no respeito e bem-estar das comunidades onde se integra e preservação da sustentabilidade ambiental e também ao nível do desenvolvimento de

ações de carácter social, cultural e ambiental, apoio a instituições de solidariedade social e patrocínio de causas solidárias.

Ao nível interno, a NAV cumpre um Código de Ética e promove políticas socialmente responsáveis de satisfação dos seus colaboradores e que se traduzem em apoios sociais e culturais. Enquanto Empresa do SEE, a NAV adota os Princípios de Bom Governo reconhecidos e aprovados pelo Conselho de Ministros (RCM 133/2013) para as empresas do setor empresarial do Estado e (RCM 103/2013) que aprova o V Plano Nacional para a Igualdade, Género, Cidadania e não discriminação 2014-2017.

#### Identificação de Benefícios sociais – Práticas internas:

- Flexibilidade de horário de trabalho (horas de entrada e saída) no cumprimento do período normal de trabalho semanal;
- Pensões complementares de reforma e de sobrevivência (Fundo de Pensões);
- Complemento de abono de família;
- Subsídio de material escolar para trabalhadores com filhos em idade escolar, atribuído uma vez por ano;
- Colónia de férias, Festa de Natal das crianças e formação em férias de verão;
- Serviço complementar de transporte coletivo;
- Subsídio por morte;
- Nos Açores: Subsídio de deslocalização e Parque Habitacional em Santa Maria;
- Seguro de saúde gratuito para os trabalhadores com possibilidade de extensão aos membros do agregado familiar, beneficiando de prémios inferiores aos praticados;
- Assistência médica domiciliária em horário pós-laboral e fins-de-semana;
- Complemento de subsídio de doença/Assistência a familiares;
- Adiantamentos sobre remunerações futuras, tendo em vista colmatar situações pontuais de necessidades financeiras dos trabalhadores, motivadas por patologias clínicas dos próprios ou dos membros do seu agregado familiar;
- CISM - programa para prevenção e mitigação do *stress* traumático, assistência e apoio psicológico aos trabalhadores visando a manutenção da saúde e bem-estar destes profissionais;

#### Identificação de Práticas externas ao nível de Protocolos:

- Cáritas Portuguesa;



- Federação Portuguesa dos Bancos Alimentares Contra a Fome (FPBA);
- Associação RENASCER;
- Associação Ajuda de Berço;
- Associações de Bombeiros Voluntários;
- Associação Rumo Feliz;
- Escolas e Autarquias (projetos locais nos Açores);
- Patrocínios de atividades lúdicas e desportivas a associações do setor de atividade: Associação de reformados da NAV Portugal; Clube ANA e TAP e Associações de trabalhadores;
- NAV Azul – separação e seleção de resíduos, reciclagem e recolha de tampas (reconverter em cadeiras de rodas), e
- Protocolos Especiais com entidades bancárias, clubes desportivos, empresas na área da saúde e agências de viagens.

A NAV Portugal preconiza e mantém, desde a sua criação, uma política de recursos humanos indistinta para homens e mulheres, inteiramente observadora do princípio do tratamento igual e indiferenciado dos seus trabalhadores, independentemente do género, no estrito cumprimento do nº 1 da RCM nº19/2012, de 23 de fevereiro sobre esta matéria.

Esta política é aplicada em todas as vertentes da gestão de recursos humanos, não prevendo os Instrumentos de Regulação Coletiva de Trabalho aplicáveis (três acordos de Empresa), celebrados com as várias estruturas representativas dos trabalhadores, qualquer diferenciação salarial, enquadramento profissional, progressão na carreira ou direitos genéricos dos trabalhadores, nomeadamente em função do sexo, estado civil ascendência, idade, identidade de género, orientação sexual, nacionalidade, origem étnica ou raça, religião, convicções políticas ou ideológicas, filiação sindical ou situação familiar entre outras, no estrito cumprimento da Lei (artº 25º do Código do Trabalho).

No âmbito da igualdade de tratamento/oportunidades entre homens e mulheres e da não discriminação, salientam-se as seguintes medidas estabelecidas:

- O processo de recrutamento de pessoal para as várias categorias profissionais da Empresa é indiferenciado entre mulheres e homens. O regulamento da NAV Portugal contempla expressamente a proibição de discriminação de tratamento dos

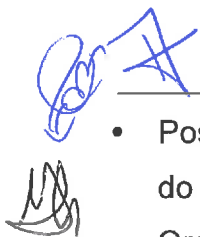


candidatos a emprego, não podendo estes ser beneficiados ou prejudicados no acesso ao emprego em função de todos os fatores supra enumerados, nomeadamente em função do sexo.

- Condições de trabalho idênticas e igualdade de ganhos médios mensais entre mulheres e homens em cada categoria profissional, sendo integralmente respeitados os direitos consignados no Código do Trabalho relativamente à proteção de grávidas, puérperas e lactantes, nomeadamente quanto a licenças, restrições de trabalho noturno e/ou suplementar.
- A igualdade de tratamento entre mulheres e homens no âmbito da progressão salarial (promoção, reclassificação ou reenquadramentos na carreira), de acordo com os Acordos de Empresa vigentes, sem qualquer diferenciação;
- O acesso indiferenciado a funções e lugares de gestão/decisão;
- O acesso à formação profissional qualificante, adequada às competências exigidas ou necessárias, com participação indiferenciada entre mulheres e homens;
- A existência de fundos de pensões, ao abrigo dos quais são atribuídas pensões complementares de reforma ou aposentação a todos os trabalhadores da Empresa, de acordo com as regras previstas nos respetivos contratos constitutivos e que não contemplam diferenciação em função do sexo;

No que concerne à proteção da família e facilitação/conciliação da vida pessoal, familiar e profissional dos trabalhadores da Empresa:

- A proteção da maternidade e paternidade, sendo de salientar a atribuição, pela Empresa, do adiantamento do subsídio de parentalidade/adoção a cargo da segurança social;
- A flexibilidade de horário de trabalho (horas de entrada e saída) no cumprimento do período normal de trabalho semanal;
- Seguro de saúde gratuito para os trabalhadores com possibilidade de extensão aos membros do agregado familiar, beneficiando de prémios inferiores aos praticados;
- Complemento de abono de família para trabalhadores com filhos até aos 6 anos de idade;
- Subsídio de material escolar para trabalhadores com filhos em idade escolar, atribuído uma vez por ano;
- Complemento de subsídio de doença, bem como do subsídio para assistência à família;



- Possibilidade de concessão de adiantamentos financeiros para despesas de saúde do trabalhador ou do seu agregado familiar;
- Organização das festas de Natal para os filhos dos trabalhadores com idade até 12 anos;
- Comparticipação para colónias de férias para os filhos dos trabalhadores com idades entre os 6 e 14 anos e ações de formação para crianças no período de férias escolares.

A NAV Portugal tem dado resposta às solicitações que sobre este assunto são veiculadas pela Secretaria de Estado dos Assuntos Parlamentares e da Igualdade, preenchendo as fichas de atualização de informação para acompanhamento da execução da RCM nº 19/2012 de 23 de fevereiro (a última ficha de 15 de outubro de 2014), onde se conclui que, em face dos resultados do diagnóstico efetuado de evidência de não discriminação, bem como atento o elenco dos benefícios já praticados pela NAV no âmbito de uma política de igualdade, não discriminatória e facilitadora da conciliação da vida pessoal e familiar com a vida profissional, não é aplicável a adoção de um plano específico para a igualdade.

De igual modo, a política de recursos humanos desenvolvida pela NAV Portugal, tem sido orientada para a valorização e motivação do seu capital humano, através, quer da conceção e implementação de sistemas de gestão de desempenho, visando a melhoria contínua das competências técnicas e comportamentais e o cumprimento dos objetivos individualmente contratualizados, quer da realização de ações de formação no domínio do desenvolvimento pessoal e do relacionamento interpessoal, tendo em vista a melhoria do espírito de equipa e a promoção de um saudável clima social.

Refere-se a este propósito, que na decorrência dos procedimentos definidos no âmbito do Sistema Integrado de Gestão da Qualidade e Ambiente da Empresa, é elaborado anualmente, um Plano de Formação Consolidado, tendo por base Planos de Formação Sectoriais, os quais resultam da prévia identificação das correspondentes necessidades de formação comportamental e técnica dos trabalhadores. Cumulativamente e de acordo com os procedimentos instituídos, todas as ações de formação, são objeto de um “follow-up”, por forma a avaliar os inerentes impactos, na valorização pessoal e técnica dos trabalhadores e inerentemente no seu desempenho.

## X-AVALIAÇÃO DO GOVERNO SOCIETÁRIO

O Relatório e Contas de 2014 da NAV Portugal, E.P.E., elaborado e assinado pelo Conselho de Administração, foi enviado aos Senhore(a)s Secretário de Estado das Infraestruturas, Transportes e Comunicações, Secretário de Estado do Tesouro, Diretor-Geral do Tesouro e Finanças, Inspeção-Geral de Finanças e ao Tribunal de Contas, em 8 de maio de 2015 através das cartas 51/CA/2015, 52/CA/2015, 50/CA/2015, 53/CA/2015 e 54/CA/2015, respetivamente, juntamente com o Relatório dos Auditores Externos, o Relatório e Parecer do Conselho Fiscal e a Certificação Legal das Contas. Aguarda-se a competente aprovação das contas, pelo que, nesta data, não são conhecidas as recomendações do acionista.

Mais se salienta que relativamente à estrutura e prática do Governo Societário também não foi dado conhecimento à NAV Portugal de quaisquer eventuais recomendações do acionista.

Este documento incorpora toda a informação e demais elementos disponíveis, considerados relevantes para a compreensão do modelo e das práticas de governo adotadas pela NAV Portugal no exercício de 2015.

Lisboa, 21 de setembro de 2016

### **O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**



**Albano Manuel Carvalho Coutinho**  
*Presidente*



**Egídia Pinto de Queiroz Martins**  
*Vogal*



**Francisco César Ramos Fernandes Gil**  
*Vogal*



## XI-ANEXOS DO RGS

Declarações previstas no art.º 22º do Decreto-Lei nº 71/2007 de 27 de março, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei nº 8/2012 de 18 de janeiro e igualmente previstas nos art.º 51º e 52º do Decreto-Lei nº 133/2013 de 3 de outubro.

Não existiu reunião do órgão de administração para aprovação do RGS 2015, atendendo a que, à data, era constituído apenas por um membro. O RGS e o R&C de 2015 foram aprovados e assinados pelo único membro do Conselho de Administração dando cumprimento à deliberação do Tribunal de Contas, documentos que se anexam.

Exmo. Senhor  
DR. JOSÉ MARIA LEITE MARTINS  
INSPECTOR-GERAL DE FINANÇAS  
Rua Angelina Vidal, 41  
1199-005 LISBOA

Lisboa, 08 de Maio de 2012

Assunto: **DECLARAÇÃO DE PARTICIPAÇÕES SOCIAIS DETIDAS POR GESTOR PÚBLICO**

Luis Filipe Ottolini Beblano Coimbra, portador do Cartão de Cidadão nº00314130, com data de validade a 24-11-2014, residente na Travessa Monte do Carmo, nº 28 - 1º, 1200-277 Lisboa, na qualidade de Presidente do Conselho de Administração da Entidade Pública Empresarial denominada NAV Portugal, E.P.E., com sede na Rua D, Edifício 121, Aeroporto de Lisboa, 1700-008 Lisboa, Portugal, registada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa sob o nº 647, pessoa colectiva nº 504 448 064, com o Capital Estatutário de 25.000.000,00 Euros, nos termos e para os efeitos do artigo 22º, nº 9 do Estatuto do Gestor Público, aprovado pelo Decreto-Lei nº 71/2007, de 27 de Março, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei nº 8/2012, de 18 de Janeiro, vem declarar que não detém, directa ou indirectamente, participações e interesses patrimoniais na NAV Portugal, E.P.E. ou em qualquer outra empresa.

Mais declara para os efeitos do nº 22 da RCM nº 49/2007, de 28 de Março, que não mantém quaisquer relações relevantes com fornecedores, clientes, instituições financeiras e ou quaisquer outros parceiros de negócio da NAV Portugal, E.P.E., susceptíveis de gerar conflitos de interesses.

Com os melhores cumprimentos, subscrevo-me atentamente,



Luis Coimbra

PRESIDENTE do CONSELHO de ADMINISTRAÇÃO



INSPECÇÃO-GERAL DE FINANÇAS

Recbido em 4/5/2012





## DECLARAÇÃO

(artigo 22.º do Estatuto do Gestor Público,

aprovado pelo Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março)

Eu, **Luis Filipe Ottolini Bebiano Coimbra**, declaro sob compromisso de honra não possuir qualquer dos impedimentos ou incompatibilidades previstos no artigo 22.º do Estatuto do Gestor Público.

Mais declaro que não tomarei parte de deliberações quando nelas tenha interesse, quer seja próprio, como representante, como gestor de negócios de outra pessoa ou em relação a um parente meu ou afim em linha reta ou até ao 2.º grau em linha colateral, cônjuge ou pessoa com quem viva em economia comum, declarando-me impedido nessas situações.

Por ser verdade assim o declaro.

Lisboa, 8 maio de 2012



LUÍS OTTOLINI COIMBRA





**Exmo. Senhor  
Dr. José Maria Leite Martins  
Inspector-Geral de Finanças  
Rua Angelina Vidal, 41  
1199-005 LISBOA**

Lisboa, 07 de Maio de 2012

**Assunto: DEVERES DE INFORMAÇÃO DECORRENTES DO Nº 9 DO ARTIGO 22.º DO DL Nº 71/2007 E  
Nº 22 DA RCM Nº 49/2007, DE 28 DE MARÇO.**

**V/ REFª: OFÍCIO Nº 1131, DE 2/05/2012**

Exmo. Senhor Inspetor-geral:

Em aditamento à minha anterior carta de 12 de março de 2012, declaro para os efeitos do nº 22 da RCM nº 49/2007, de 28 de março que não mantenho quaisquer relações relevantes com fornecedores, clientes, instituições financeiras e quaisquer outros parceiros de negócios da NAV Portugal, E.P.E., suscetíveis de gerar conflitos de interesses.

Subscrevo-me atentamente,

**LUIS PALMA DE FIGUEIREDO  
VOGAL do CONSELHO de ADMINISTRAÇÃO**

/MG

**igf** **INSPEÇÃO-GERAL DE FINANÇAS**  
Recebido em 8/5/2012  
  
**MARIO RODRIGUES AFONSO**

Conselho de Administração / Board of Administration  
Rua D, Edifício 121, Aeroporto de Lisboa, P1700-008 Lisboa, Portugal  
Tel.: (351) 218 553 670 | Fax: (351) 218 553 600/1

CIPC 504448064 | Reg. 647 Conservatória Registo Comercial Lisboa (1ª) | Capital Estatutário € 25 000 000

[www.nav.pt](http://www.nav.pt) / [gabcm@nav.pt](mailto:gabcm@nav.pt)



Inspeção Geral de Finanças

Exm.º Senhor  
Dr. Luís Filipe Montes Palma de Figueiredo  
Vogal do Conselho de Administração da NAV  
Portugal, EPE  
Rua D-Edifício 121- Aeroporto de Lisboa  
1700-008 LISBOA

1131 2-5 '12

S/referência

N/referência

Proc. 2012/163/M6/129

**Assunto:** Deveres de informação decorrentes do nº 9 do art.º 22º do DL nº 71/2007, de 27 de Março e nº 22 da RCM nº 49/2007, de 28 de Março

Nos termos do nº 9 do art.º 22º, do DL nº 71/2007, 27 de Março, os gestores públicos devem comunicar, por escrito, à Inspeção-Geral de Finanças (IGF):

1. *As participações e interesses patrimoniais que detenham, directa ou indirectamente, na empresa em que exercem (ou vão exercer) funções;*
2. *As participações e interesses patrimoniais que detenham, directa ou indirectamente, em qualquer outra empresa.*

Por outro lado, o nº 22 dos "Princípios de bom governo das empresas do sector empresarial do Estado" – Anexo à RCM nº 49/2007, de 28 de Março – acrescenta a obrigação de comunicar, também à IGF, o seguinte:

3. *"As relações relevantes que mantenham com os fornecedores, clientes, instituições financeiras ou quaisquer outros parceiros de negócio", das empresas onde exercem funções, susceptíveis de gerar conflitos de interesses.*

Considerando que, na carta datada de 12-03-2012, V. Exª respondeu apenas às matérias referidas nos pontos 1 e 2, solicita-se que, com a brevidade possível, remeta a esta Inspeção-Geral a informação em falta.

Com os melhores cumprimentos,

A Subinspectora-Geral

M. Isabel Costa da Silva

CSI/PS

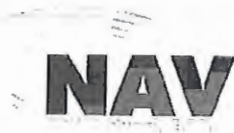
INSPECÇÃO-GERAL DE FINANÇAS

Rua Angelina Vidal, 41 - 1199-005 LISBOA ☎ 21 811 35 00 Fax: 21 818 25 73

E-mail: [igf@igf.min-financas.pt](mailto:igf@igf.min-financas.pt)

R. Dr. Alfredo Magalhães, 8-2º - 4000-061 PORTO ☎ 22 208 88 19 Fax: 22 208 21 85

82 anos a acrescentar valor à gestão pública



**Exmo. Senhor**  
**Dr. José Maria Leite Martins**  
**Inspector-Geral de Finanças**  
**Rua Angelina Vidal, 41**  
**1199-005 LISBOA**

Lisboa, 12 de Março de 2012

**Assunto: DECLARAÇÃO DE PARTICIPAÇÕES SOCIAIS DETIDAS POR GESTOR PÚBLICO**

Luis Filipe Montes Palma de Figueiredo, portador do Cartão de Cidadão nº 01288473, com data de validade a 03/12/2015, residente na Rua Aquilino Ribeiro, nº 2 H – 2º Esqº, 2790-027 Carnaxide, na qualidade de Vogal do Conselho de Administração da Entidade Pública Empresarial denominada NAV Portugal, E.P.E., com sede na Rua D, Edifício 121, Aeroporto de Lisboa, 1700-008 Lisboa, Portugal, registada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa sob o nº 647, Pessoa Colectiva nº 504 448 064, com o Capital Estatutário de 25.000.000,00 Euros, nos termos e para os efeitos do Artigo 22º, nº 9 do Estatuto do Gestor Público, aprovado pelo Decreto-Lei nº 71/2007, de 27 de Março, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei nº 8/2012, de 18 de Janeiro, vem declarar que não detém, directa ou indirectamente, participações e interesses patrimoniais na NAV Portugal, E.P.E. ou em qualquer outra empresa.

Subscrevo-me atentamente,

**Luis Figueiredo**  
VOGAL do CONSELHO de ADMINISTRAÇÃO

INSPECÇÃO-GERAL DE FINANÇAS  
Recebido em 13/3/2012  
  
/MG

Conselho de Administração / Board of Administration  
Rua D, Edifício 121, Aeroporto de Lisboa, P1700-008 Lisboa, Portugal  
Tel.: (351) 218 553 670 | Fax: (351) 218 553 600/1

CIPC 504448064 | Reg. 647 Conservatória Registo Comercial Lisboa (1ª) | Capital Estatutário € 25 000 000

[www.nav.pt](http://www.nav.pt) / [gabcim@nav.pt](mailto:gabcim@nav.pt)



## DECLARAÇÃO

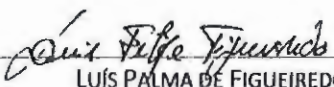
(artigo 22.º do Estatuto do Gestor Público,  
aprovado pelo Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março)

Eu, **Luis Filipe Montes Palma de Figueiredo**, declaro sob compromisso de honra não possuir qualquer dos impedimentos ou incompatibilidades previstos no artigo 22.º do Estatuto do Gestor Público.

Mais declaro que não tomarei parte de deliberações quando nelas tenha interesse, quer seja próprio, como representante, como gestor de negócios de outra pessoa ou em relação a um parente meu ou afim em linha reta ou até ao 2.º grau em linha colateral, cônjuge ou pessoa com quem viva em economia comum, declarando-me impedido nessas situações.

Por ser verdade assim o declaro.

Lisboa, 12 de março de 2012

  
LUÍS PALMA DE FIGUEIREDO

TERESA MARIA DA SILVA GOMES  
Rua dos Escritores, nº 7 – 9ºB  
2685-206 PORTELA - LRS

Exma. Senhora  
DRA. ISABEL CASTELÃO SILVA  
SUBINSPETORA-GERAL DE FINANÇAS  
Rua Angelina Vidal, nº 41  
1199-005 LISBOA

Lisboa, 4 de janeiro de 2013

V/ Referência – Proc: 2012/163/M6/129

Assunto: DEVERES DE INFORMAÇÃO DECORRENTES DO Nº 9 DO ART.º 22º DO DL N.º 71/2007, DE 27 DE MARÇO E Nº 22 DA RCM Nº 49/2007, DE 28 DE MARÇO.

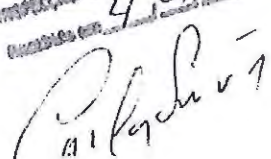
Exma. Senhora, Dra. Isabel Castelão Silva,

Dando seguimento ao solicitado no vosso Ofício nº 4285, de 14-12-2012, nos termos e para os efeitos do nº 22 do Anexo à RCM nº 49/2007, de 28 de março, cumpre-me informar que não mantenho qualquer relação relevante com os fornecedores, clientes, instituições financeiras ou quaisquer outros parceiros de negócio da NAV Portugal, E.P.E., suscetível de gerar conflitos de interesses.

Com os melhores cumprimentos,



**TERESA MARIA DA SILVA GOMES**  
Vogal do Conselho de Administração

  
10f  
INSPETOR-GERAL DE FINANÇAS  
4.01.2013  
11/9/2013





inspeção-geral.finanze

Exm.<sup>a</sup> Senhora  
Dra Teresa Maria da Silva Gomes  
Vogal do Conselho de Administração da NAV  
Portugal, EPE  
Rua D-Edifício 121- Aeroporto de Lisboa  
1700-008 LISBOA

4285 14-12 '12

S/referência

N/referência

Proc. 2012/163/M6/129

**Assunto:** Deveres de informação decorrentes do nº 9 do art.º 22º do DL n.º 71/2007, de 27 de Março e nº 22 da RCM nº 49/2007, de 28 de Março

Nos termos do nº 9 do art.º 22º, do DL nº 71/2007, 27 de Março, os gestores públicos devem comunicar, por escrito, à Inspeção-Geral de Finanças (IGF):

1. *As participações e interesses patrimoniais que detenham, directa ou indirectamente, na empresa em que exercem (ou vão exercer) funções;*
2. *As participações e interesses patrimoniais que detenham, directa ou indirectamente, em qualquer outra empresa.*

Por outro lado, o nº 22 dos "Princípios de bom governo das empresas do sector empresarial do Estado" – Anexo à RCM nº 49/2007, de 28 de Março – acrescenta a obrigação de comunicar, também à IGF, o seguinte:

3. *"As relações relevantes que mantenham com os fornecedores, clientes, instituições financeiras ou quaisquer outros parceiros de negócio", das empresas onde exercem funções, susceptíveis de gerar conflitos de interesses.*

Considerando que na carta datada de 16-10-2012, V. Ex<sup>a</sup> respondeu apenas às matérias referidas nos pontos 1 e 2, solicita-se que, com a brevidade possível, remeta a esta Inspeção-Geral a informação em falta.

Com os melhores cumprimentos,

A Subinspectora-Geral

H. Isabel Castelo Silva

ISABEL CASTELO SILVA  
Subinspectora-Geral

CSI/PS

INSPEÇÃO-GERAL DE FINANÇAS

Rua Angelina Vidal, 41 - 1199-005 LISBOA ☎ 21 811 35 00 Fax: 21 816 25 73

E-mail: [igfinancas@igf.min-financas.pt](mailto:igfinancas@igf.min-financas.pt)

R. Dr. Alfredo Magalhães, 8-2º - 4000-061 PORTO ☎ 22 208 88 19 Fax: 22 208 21 85

TERESA MARIA DA SILVA GOMES  
Rua dos Escritores, nº 7 -- 9ºB  
2685-206 PORTELA - LRS

Exmo. Senhor

DR. JOSÉ MARIA LEITE MARTINS

INSPECTOR-GERAL DE FINANÇAS

Rua Angelina Vidal, nº 41

1199-005 LISBOA

Lisboa, 16 de outubro 2012

Assunto: DECLARAÇÃO DE INTERESSES, PREVISTA NO N.º 9, DO ARTIGO 22.º DO ESTATUTO DO GESTOR PÚBLICO, APROVADO PELO DECRETO-LEI N.º 71/2007, DE 27 DE MARÇO

Exmo. Senhor,

TERESA MARIA DA SILVA GOMES, portadora do Bilhete de Identidade nº 1109785 de 04/08/2005, emitido pelo Arquivo de Identificação de Lisboa, vitalício, residente na Rua dos Escritores nº 7 – 9º B, 2685-206 Portela, LRS, na qualidade de Vogal do Conselho de Administração da Entidade Pública Empresarial denominada NAV Portugal, E.P.E., com sede na Rua D, Edifício 121, Aeroporto de Lisboa, 1700-008 Lisboa, Portugal, registada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa sob o nº 647, pessoa coletiva nº 504448064, com o capital estatutário de 25.000.000,00 euros, nos termos e para os efeitos do artigo 22.º, nº 9 do Estatuto do Gestor Público, aprovado pelo Decreto-Lei nº 71/2007, de 27 de março, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei nº 8/2012, de 18 de Janeiro, vem declarar não possuir quaisquer participações e interesses patrimoniais em qualquer empresa.

Com os melhores cumprimentos,

*Teresa Maria da Silva Gomes*

TERESA MARIA DA SILVA GOMES  
Vogal do Conselho de Administração

igf  
INSPEÇÃO GERAL DE FINANÇAS  
Recibido em 19.10.2012  
*Enky Brito*

## DECLARAÇÃO

(artigo 22.º do Estatuto do Gestor Público,

aprovado pelo Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março)

Eu, **Teresa Maria da Silva Gomes**, declaro sob compromisso de honra não possuir qualquer dos impedimentos ou incompatibilidades previstos no artigo 22.º do Estatuto do Gestor Público.

Mais declaro que não tomarei parte de deliberações quando nelas tenha interesse, quer seja próprio, como representante, como gestor de negócios de outra pessoa ou em relação a um parente meu ou afim em linha reta ou até ao 2.º grau em linha colateral, cônjuge ou pessoa com quem viva em economia comum, declarando-me impedido nessas situações.

Por ser verdade assim o declaro.

Lisboa, 16 outubro de 2012



TERESA MARIA DA SILVA GOMES





# Tribunal de Contas

*Direção-Geral*

Av. Barbosa do Bocage, 61  
1069-045 LISBOA

E-mail: [geral@tcontas.pt](mailto:geral@tcontas.pt)  
URL: <http://www.tcontas.pt>

Tel.: 21 794 51 00  
Fax: 21 793 60 33  
Linha Azul 21 793 60 08/9

DAF 12, 605 JOR 1 DAF 6  
100 - 15 de junho  
4  
17 de 16

## AVISO DE RECEÇÃO

TRIBUNAL DE CONTAS

§ 18099/2016  
2016/6/29



Vossa referência

039/CA/2016

Exmo. Senhor

Presidente do Conselho de Administração da  
NAV Portugal, E.P.E.

Rua D, Edifício 121, Aeroporto de Lisboa  
1700-008 LISBOA

Nossa referência

DA IX-Prestação de Contas 2015

Assunto: Prestação de contas de 2015.

*Senhor Presidente,*

Em cumprimento de despacho do Exmo. Senhor Juiz Conselheiro responsável informo que, após ponderada a questão apresentada por V.<sup>a</sup> Ex.<sup>a</sup> na carta em referência, foi decidido que os documentos relativos à prestação de contas de 2015 da NAV Portugal, E.P.E., devem ser elaborados e assinados pelo único membro do Conselho de Administração existente à data da respetiva apresentação, devendo a remessa ao Tribunal ser efetuada nos termos da Instrução n.º 2/2013 do Tribunal de Contas, de 4 de dezembro.

Mais informo V.<sup>a</sup> Ex.<sup>a</sup> de que aquela decisão se sustenta no que passo a expor:

O Conselho de Administração da empresa, com competência para deliberar sobre estes documentos encontra-se, desde 1 de março passado, reduzido a um único elemento que é o próprio Presidente, estando assim impedido de reunir e deliberar validamente por falta de quorum.

Como forma de obviar a esta dificuldade, dispõe o Código das Sociedades Comerciais, aplicável subsidiariamente, na parte geral, mais precisamente no n.º 4 do art.º 65º que o relatório de gestão e as contas do exercício devem ser elaborados e assinados pelos administradores que estiverem em funções ao tempo da apresentação dos mesmos.

Assim, e no caso em análise, os documentos relativos à prestação de contas devem ser elaborados e assinados pelo único membro do CA à data da respetiva apresentação, estando os restantes membros obrigados a toda a colaboração que for necessária. Tais documentos devem ser aprovados pelo acionista, a saber pelo Ministro das Finanças em articulação com o Ministro do Planeamento e Infraestruturas, e remetidos a este Tribunal.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO  
30 JUN. 2016  
ENTRADA Nº 4945



# Tribunal de Contas

*Direção - Geral*

---

Nesses termos, queira V. Ex.<sup>a</sup> diligenciar pela elaboração e assinatura dos documentos de prestação de contas em causa.

Apresento os meus melhores cumprimentos,

O Diretor Geral.

(José F. F. Tavares)



## DESPACHO

**Assunto:** RELATÓRIO E CONTAS E RELATÓRIO DO GOVERNO SOCIETÁRIO 2015

**Para:** DAFIN E GABJUR

Analisado o Relatório e Contas de 2015 da NAV Portugal, E.P.E., reportado a 31 de dezembro de 2015, a Informação n.º 07/GABJUR/2016 e tendo em consideração o ofício nº 18099/2016, datado de 29 de junho de 2016, da Direção Geral do Tribunal de Contas, documentos que fazem parte integrante deste Despacho, o Presidente do Conselho de Administração decide, ao abrigo do Estado de Necessidade, cfr. disposto no n.º 2 do artigo 3.º do Novo Código do Procedimento Administrativo (NCPA), aprovar o Relatório e Contas de 2015, nos termos previstos no n.º 4 do artigo 65º do Código das Sociedades Comerciais.

Mais se determina que o Relatório ora aprovado seja remetido ao Conselho Fiscal para parecer, em conformidade com o disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 12.º dos Estatutos da Empresa.

Estes documentos anuais de prestação de contas da Empresa reportados a 31 de dezembro de 2015 serão posteriormente apresentados à Tutela e divulgados, em conformidade com o disposto na alínea h) do n.º 1 do artigo 44.º e no n.º 1 do artigo 45.º, ambos do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro.

Os mesmos serão objeto de controlo financeiro por parte do Tribunal de Contas e da Inspeção Geral das Finanças, por força do artigo 26.º do referido Decreto-Lei n.º 133/2013, pelo que os mesmos serão igualmente enviados a estas entidades.

Mais se aprova, nas mesmas condições excecionais, o Relatório do Governo Societário de 2015 e o Relatório de Execução Orçamental referente ao 4º Trimestre de 2015.

Lisboa, 30 de junho de 2016



**LUÍS OTTOLINI COIMBRA**

**PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

Anexo: O mencionado no texto

DAFIN/IC